FERNAND BRAUDEL

# A DINÂMICA DO CAPITALISMO

Rocco

FERNAND BRAUDEL

# A DINÂMICA DO CAPITALISMO

Rocco

1987

Título original:
*LA DYNAMIQUE DU CAPITALISME*

Rua Visconde de Pirajá, 414 – Gr. 1405 CEP 22410 – Rio de Janeiro – RJ Tel.: 287-1493
*Printed in Brasil*/Impresso no Brasil
Capa
ANA MARIA DUARTE
Revisão
ARGEMIRO DE FIGUEIREDO
OSCAR GUILHERME LOPES
HENRIQUE TARNAPOLSKY

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.
Braudel, Fernand
A dinâmica do capitalismo / Fernand Braudel; tradução Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
Tradução de: La dynamique du capitalisme.
1. Capitalismo. I. Título.
B834d86-1303 CDD – 330.122 CDU – 330.342.14

ESTE pequeno volume reproduz o texto de três conferências que proferi na Universidade de Johns Hopkins nos Estados unidos, em 1977. O texto foi traduzido para o inglês sob o título *Afterthoughts on Material Civilizations and Capitalism*, depois em italiano: *La Dinamica Del Capitalismo*. A presente edição não introduz nenhuma correção no texto inicial que, cumpre advertir o leitor, é anterior à publicação do livro *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme*, em 1979, pela editora Armand Colin. Estando essa obra então quase inteiramente redigida, foi-me solicitado que a apresentasse em suas três grandes linhas.

*F.B.*

# SUMÁRIO

# *CAPÍTULO I*

# REPENSANDO A VIDA MATERIAL E A VIDA ECONÔMICA

COMECEI pensando em *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme*, essa extensa e ambiciosa obra, já lá vão muitos anos, em 1950. O tema me fora então proposto ou, melhor dizendo, amistosamente imposto por Lucien Febvre, que acabava de organizar e fazer o lançamento de uma coleção de história geral, "Destins du Monde", a mesma cuja difícil continuação me coube assumir após o falecimento de seu diretor, em 1956. Quanto a ele, Lucien Febvre propunha-se escrever *Pensées et croyances d'Occidente, du XV$^{e}$ au XVIII$^{e}$ siècle* [Pensamentos e crenças do Ocidente, dos séculos XV a XVIII], um livro que deveria acompanhar e completar o meu, mas que, lamentavelmente, nunca chegou a ser publicado. A minha obra viu-se privada de uma vez para sempre desse acompanhamento.

Entretanto, mesmo limitado em geral ao domínio da economia, não deixou esse livro de me criar muitos problemas, em virtude da massa enorme de documentos a absorver, das controvérsias que seu tema suscita – é evidente que a economia, em si, é coisa que não existe –, em decorrência, enfim, das intermináveis dificuldades que provoca uma historiografia em constante evolução, porquanto incorpora obrigatoriamente, ainda que de um modo bastante lento, de bom ou de mau grado, as outras ciências do homem. Essa historiografia em constante gestação, jamais a mesma de um ano para outro, só conseguimos acompanhá-la correndo e deixando de lado os nossos trabalhos habituais, adaptando-nos o melhor que podemos às exigências e solicitações, nunca as mesmas. Quanto a mim, tenho um prazer imenso em escutar esse canto das sereias. E os anos passam. Invade-nos então o desespero de chegar ao porto. Terei consagrado 25 anos à história do *Mediterrâneo* e quase 20 à *Civilização material*. É muito, sem dúvida, é demais.

I A chamada história econômica, cuja construção se encontra ainda e tão-somente em curso, esbarra em certos preconceitos: não é a história nobre. A história nobre é o navio que Lucien Febvre construía: não Jakob Fugger mas Lutero, mas Rabelais. Nobre ou não nobre, ou menos nobre que uma outra, a história econômica nem por isso deixa de apresentar todos os problemas inerentes à nossa profissão: ela é a história inteira dos homens, considerada de um certo ponto de vista. É, simultaneamente, a história daqueles que se considera como os grandes atores, um Jacques Coeur, um John Law; a história dos grandes acontecimentos, a história da conjuntura e das crises e, enfim, a história maciça e estrutural que evolui lentamente ao longo dos tempos. E aí está realmente a nossa dificuldade porque, tratando-se de quatro séculos e do mundo como um todo, de que modo organizar tal soma de fatos e explicações? Tinha que se escolher. Por minha parte, escolhi os equilíbrios e desequilíbrios profundos a longo prazo. O que me parece primordial na economia pré-industrial, com efeito, é a coexistência das rigidezes, inércias e ponderosidades de uma economia ainda elementar, com os movimentos limitados e minoritários mas vivos, mas possantes, de um crescimento moderno. De um lado, os camponeses em suas aldeias que vivem de um modo quase autônomo, quase em autarquia; do outro, uma economia de mercado e um capitalismo em expansão, que se dilatam imperceptivelmente, se forjam pouco a pouco, já prefiguram o próprio mundo em que vivemos. Portanto, dois universos, pelo menos, dois gêneros de vida estranhos um ao outro e cujas massas respectivas se explicam, entretanto, uma pela outra.

Quis começar pelas inércias, à primeira vista uma história obscura, fora da consciência clara dos homens, nesse jogo muito mais agidos do que agentes. É o que procura explicar da melhor maneira possível o primeiro volume da minha obra, que tinha pensado em intitular, em 1967, na sua primeira edição, *Le Possible et l'Impossible: Les hommes face à leur vie quotidienne*, e mudei

em seguida para *Les Structures du quotidien*. Mas pouco importa o título! O objetivo da investigação é tão claro quanto possível, ainda que essa busca se revele aleatória, repleta de lacunas, de eventuais armadilhas e desprezos. Com efeito, todas as palavras postas em destaque – inconsciente, cotidianidade, estruturas, profundidade – são por si. mesmas obscuras. E não se pode tratar, na ocorrência, do inconsciente da psicanálise, se bem que este se encontre igualmente em causa, se bem que haja a descobrir, talvez, um inconsciente coletivo cuja realidade atormentou Karl Gustav Jung tão profundamente. Mas é raro que esse grande assunto seja abordado a não ser por seus três lados menores. Aguarda ainda o seu historiador.

Por minha parte, fiquei nos critérios concretos. Parti do cotidiano, daquilo que, na vida, se encarrega de nós sem que o saibamos sequer: o hábito – melhor, a rotina – mil gestos que florescem, se concluem por si mesmos e em face dos quais ninguém tem que tomar uma decisão, que se passam, na verdade, fora de nossa plena consciência. Creio que a humanidade está pela metade enterrada no cotidiano. Inumeráveis gestos herdados, acumulados a esmo, repetidos infinitamente até chegarem a nós, ajudam-nos a viver, aprisionam-nos, decidem por nós ao longo da existência. São incitações, pulsões, modelos, modos ou obrigações de agir que, por vezes, e mais freqüentemente do que se supõe, remontam ao mais remoto fundo dos tempos. Muito antigo e sempre vivo, um passado multissecular desemboca no tempo presente como o Amazonas projeta no Atlântico a massa enorme de suas águas agitadas.

Foi tudo isso que tentei captar sob o nome cômodo – mas inexato, como todas as palavras de significação excessivamente ampla – de *vida material*. Bem entendido, trata-se de uma parte apenas da vida ativa dos homens, tão profundamente inventores quanto rotineiros. Mas, no início, repito, não me preocupei em definir com precisão os limites ou a natureza dessa vida mais suportada do que ativamente conduzida. Quis ver e fazer ver essa

massa geralmente mal apercebida de história mediocremente vivida, e nela mergulhar, familiarizar-me com ela.

Depois, somente depois, chegaria o momento de sair dela. A impressão profunda, imediata, após essa pesca submarina, e de que estamos em águas muito antigas, no meio de uma história que, de algum modo, não teria idade, que reencontraríamos, em suma, dois ou três séculos ou dez séculos mais cedo e que, por vezes, num momento, nos e dado enxergar ainda hoje com os nossos próprios olhos. Essa vida material, tal como a compreendo, e o que a humanidade, no transcurso de sua história anterior, incorporou profundamente à sua própria vida, como nas próprias entranhas dos homens, para quem tais experiências ou intoxicações de outrora se converteram em necessidades do cotidiano, em banalidades. E ninguém as observa com atenção.

## II

Tal e o fio condutor do meu primeiro livro; seu objetivo: uma exploração. Seus capítulos apresentam-se por si mesmos, nada mais do que enunciando seus títulos, como a enumeração de forças obscuras que trabalham e impulsionam para diante o conjunto da vida material e, para além ou para cima, a história inteira da humanidade.

Primeiro capítulo: “O Número de Homens”. É a potência biológica por excelência que impele o homem, como todos os seres vivos, a reproduzir-se; o “tropismo da primavera”, dizia Georges Lefebvre. Mas existem outros tropismos, outros determinismos. Essa matéria humana em perpétuo movimento comanda, sem que os indivíduos tomem consciência disso, uma boa parte dos destinos de conjuntos de seres vivos. Alternadamente, estes, em tais ou tais condições gerais, ou são numerosos demais ou não suficientemente numerosos, o jogo demográfico tende para o equilíbrio, mas este

raras vezes se atinge. A partir de 1450, na Europa, o número de pessoas cresce com rapidez; e porque se faz necessário compensar, porque e então possível compensar, as enormes perdas sofridas no século precedente, na esteira da Peste Negra. Houve recuperação até ao refluxo seguinte. Sucessivos fluxos e refluxos, como que esperados de antemão aos olhos dos historiadores, desenham, revelam regras tendenciais, regras de longa duração que continuarão válidas até ao século XVIII. Somente no século XVIII ocorrerá a explosão das fronteiras do impossível, superação de um teto até então intransponível. Desde então, o número de seres humanos nunca mais parou de aumentar, não voltou a haver suspensões nem reversões do movimento. Poderá surgir amanhã tal reversão?

Em todo o caso, até ao século XVIII, o sistema vivo está fechado num círculo quase intangível. Mal a circunferência e atingida, quase imediatamente ocorre uma retração, um recuo. Não faltam os modos e as ocasiões para restabelecer o equilíbrio: penúrias, escassez, fome, duras condições da vida de todos os dias, guerras, enfim – e sobretudo – o longo cortejo das doenças. Hoje, elas ainda atuam; ontem, eram os flagelos do apocalipse: a peste, em epidemias regulares que só deixarão a Europa no século XVIII; o tifo que, com o inverno, bloqueará Napoleão e seu exército no coração da Rússia; a tifóide e a varíola, que são endêmicas; a tuberculose, presente desde cedo nos campos e que, no século XIX, submerge as cidades e converte-se no mal romântico por excelência; enfim, as doenças venéreas, a sífilis que renasce ou, melhor dizendo, explode por combinação de espécies microbianas, após a descoberta da América. As deficiências da higiene, a má qualidade da água potável, fazem o resto.

Como o homem, após seu frágil nascimento, escaparia a todas essas agressões? A mortalidade infantil e enorme, como em certos países subdesenvolvidos de hoje, ou de ontem; o estado sanitário geral, precário. Possuímos centenas de relatos de autópsias desde o século XVI. São alucinantes. A descrição das deformações, das

deteriorações dos corpos e da pele, a população anormal de parasitas alojados nos pulmões e nas vísceras, deixariam estupefato um médico de hoje. Portanto, até tempos recentes, uma realidade biológica malsã domina implacavelmente a história dos homens. Tem que se pensar nisso quando se pergunta: Quantos são eles? De que sofrem? Poderão conjurar seus males?

Outras questões apresentadas nos capítulos seguintes: O que comem? O que bebem? Como se vestem? Como se alojam? Perguntas incongruentes, que exigem quase uma viagem de descoberta, porque, como sabem, o homem não come nem bebe nos livros de história tradicional. Foi bem dito, há muito, muito tempo: *Der Mensch ist was er isst* [O homem é o que come], mas talvez seja, sobretudo, pelo prazer do jogo de palavras que a língua alemã permite. Entretanto, não creio que se deva relegar para o anedótico o surgimento de tantos produtos alimentares, desde o açúcar, o café e o chá até ao álcool. Eles são, de fato, a cada vez, intermináveis, importantes fluxos de história. E não se poderia exagerar, em todo o caso, a importância dos cereais, plantas dominantes da alimentação antiga. O trigo, o arroz, o milho, são o resultado de escolhas milenares e de inúmeras experiências sucessivas, as quais, pelo efeito de "derivas" multisseculares (segundo a palavra de Pierre Gourou, o maior dos geógrafos franceses), tornaram-se escolhas da civilização. O trigo, que devora a terra, que exige que esta repouse regularmente, implica, permite a criação de gado: poderíamos imaginar a história da Europa sem os seus animais domésticos, suas charruas, suas parelhas de cavalos ou de bois, suas carroças? O arroz nasceu de uma espécie de jardinagem, de uma cultura intensa em que o homem não deixa lugar aos animais. O milho e certamente a mais cômoda e a mais fácil de obter das refeições cotidianas: ele regula o tempo de ócio, daí as corvéias camponesas e os enormes monumentos ameríndios. Uma força de trabalho desempregada foi confiscada pela sociedade. E poderíamos discutir também sobre as rações e as calorias que elas representam, sobre as insuficiências e as

mudanças de dieta através dos tempos. Eis alguns temas tão apaixonantes, não e verdade, quanto o destino do império de Carlos V ou os esplendores fugazes e discutíveis do que se chama a hegemonia francesa na época de Luís XIV. E, sem dúvida, temas repletos de conseqüências: a história dos antigos intoxicantes, o álcool, o fumo, a maneira fulgurante como o fumo, em particular, conquistou o mundo, deu-lhe uma volta completa, não será uma advertência para as ainda mais perigosas drogas de hoje?

Constatações análogas impõem-se a respeito das *técnicas*. História maravilhosa, na verdade, que acompanha de perto o trabalho dos homens e seus progressos muito lentos na luta cotidiana contra o meio exterior e contra eles próprios. Tudo e técnica desde sempre, o esforço violento, mas também o esforço paciente e monótono dos homens, modelando uma pedra, um pedaço de madeira ou de ferro, para fazer disso uma ferramenta ou uma arma. Não e essa uma atividade rente ao chão, conservadora por essência, de *transformação lenta*, e que a ciência (que e a sua superestrutura tardia) recobre devagar, quando a recobre? As grandes concentrações econômicas pedem as concentrações de meios técnicos e o desenvolvimento da tecnologia: assim ocorreu com o Arsenal de Veneza no século XV, com a Holanda no século XVII, com a Inglaterra no século XVIII. E de todas as vezes a ciência, por mais balbuciante que fosse, estará presente ao encontro. Aí é conduzida à força.

Desde sempre, todas as técnicas, todos os elementos da ciência, se permutam, viajam através do mundo, há uma difusão incessante. Mas o que se difunde mal são as associações, os agrupamentos de técnicas: o leme de cadaste, o casco construído em chapas parcialmente sobrepostas, mais a artilharia a bordo dos navios, mais a navegação de alto-mar – do mesmo modo o capitalismo, soma de artifícios, de hábitos, de performances. Foram a navegação de alto-mar e o capitalismo que criaram a supremacia

da Europa, pelo simples fato de que não se difundiram por massas inteiras?

Mas, perguntareis, por que os seus dois últimos capítulos são dedicados à moeda e às cidades? Quis livrar desses temas o volume seguinte, e verdade. Mas essa razão, evidentemente, não e por si só suficiente. A verdade e que as moedas e as cidades mergulham, ao mesmo tempo, no cotidiano imemorável e na modernidade mais recente. A moeda e uma invenção muito velha, se entendo por moeda todo o meio que acelera a troca. E sem troca não há sociedade. Quanto às cidades, elas existem desde a pré-história. São as estruturas multisseculares da vida mais comum. Mas são também os multiplicadores, capazes de se adaptar à mudança, de a ajudar poderosamente. Poder-se-ia dizer que as cidades e a moeda fabricaram a modernidade; mas também, segundo a regra de reciprocidade cara a Georges Gurvitch, que à modernidade, a massa em movimento da vida dos homens, impeliu para diante a expansão da moeda, construiu a tirania crescente das cidades. Cidades e moedas são, ao mesmo tempo, motores e indicadores; elas provocam e assinalam a mudança. São também a conseqüência desta.

III

Deve-se dizer que não é fácil definir os limites do imenso reino do habitual, do rotineiro, "esse grande ausente da história". Na realidade, o habitual invade o conjunto da vida dos homens, difunde-se nela como a sombra da tarde enche uma paisagem. Mas essa sombra, essa falta de memória e de lucidez, admitem simultaneamente zonas menos iluminadas e zonas mais claras do que outras. Entre sombra e luz, entre rotina e decisão consciente, seria importante marcar o limite. Uma vez reconhecido, ele permitiria distinguir o que está à direita e o que está à esquerda do observador ou, melhor, acima e abaixo dele.

Imaginemos, portanto, a enorme e múltipla extensão que representam, para uma dada região, todos os mercados elementares que ela possui, ou seja, uma nu vem de pontos, para débitos freqüentemente medíocres. Por essas múltiplas bocas principia o que chamamos a economia de troca, situada entre a produção, enorme domínio, e o consumo, um domínio igualmente enorme. Nos séculos do *Ancien Régime*, entre 1400 e 1800, ainda se trata de uma economia de troca muito imperfeita. Sem dúvida, por suas origens, perde-se na noite dos tempos mas não chega a unir toda a produção a todo o consumo, perdendo-se uma enorme parte da produção no autoconsumo, da família ou da aldeia, pelo que não entra no circuito do mercado.

Devidamente considerada essa imperfeição, subsiste o fato de que a *economia de mercado* está em progresso, de que liga suficientemente burgos e cidades para já começar a organizar a produção, a orientar e a controlar o consumo. Serão precisos séculos, sem dúvida, mas entre esses dois universos – a produção onde tudo nasce, o consumo onde tudo se destrói – a economia de mercado e a ligação, o motor, a zona estreita mas viva donde jorram as incitações, as forças vivas, as novidades, as iniciativas, as múltiplas tomadas de consciência, os crescimentos e mesmo o progresso. Gosto, sem dele compartilhar inteiramente, do comentário de Carl Brinkman, para quem a história econômica se resume à história da economia de mercado, seguida desde suas origens até o seu fim eventual.

Por isso observei longamente, descrevi e fiz renascer os mercados elementares ao meu alcance. Eles marcam uma fronteira, um limite inferior da economia. Tudo o que ficar fora do mercado só tem um valor de uso, tudo o que transpuser a porta estreita e ingressar no mercado adquire um valor de troca. Segundo se encontra de um lado ou do outro do mercado elementar, o indivíduo, o “agente”, está ou não incluído na troca, no que chamei a *vida econômica*, para opô-la à *vida material*; e também para distingui-lo

– mas essa discussão ficará para mais tarde – do *capitalismo*. O artesão itinerante, que vai de burgo em burgo oferecer seus modestos serviços de reempalhador de cadeiras ou de limpa-chaminés, embora um consumidor medíocre, pertence, no entanto, ao mundo do mercado; deve pedir-lhe o seu alimento cotidiano. Se ele conservou os vínculos com a sua terra natal e no momento da colheita ou da vindima retorna à sua aldeia, volta a ser um camponês e transpõe a fronteira do mercado, mas no sentido inverso. O camponês que comercializa ele próprio, regularmente, uma parte da sua colheita e compra ferramentas, vestuário, *já* faz parte do mercado. Aquele que só vai ao burgo para vender algumas mercadorias miúdas, ovos, uma galinha, a fim de obter algumas moedas necessárias ao pagamento de seus impostos ou à compra de uma relha de charrua, esse toca somente a fronteira do mercado. Permanece na enorme massa do autoconsumo. O camelô que vende nas ruas e o mascate que percorre o interior oferecendo mercadorias em pequenas quantidades, estão do lado da vida de trocas, do lado do cálculo, do deve e haver, por modestas que sejam suas trocas e seus cálculos. Quanto ao lojista, ele e, francamente, um agente da economia de mercado. Ou vende o que fabrica e, nesse caso, é um artesão-lojista; ou vende o que outros produziram e está, por conseguinte, no estágio dos mercadores ou comerciantes. A loja, sempre aberta, tem a vantagem de oferecer uma troca contínua, enquanto que o mercado instala-se uma ou duas vezes por semana. Ainda mais, a loja e a permuta adequada de crédito, pois o lojista recebe sua mercadoria a crédito e vende-a a crédito. Neste ponto, estende-se através da troca toda uma seqüência de dívidas e de créditos.

Acima dos mercados e dos agentes elementares da troca, as feiras e as Bolsas (estas abertas todos os dias, aquelas funcionando em datas fixas, durante alguns dias, e voltando aos mesmos lugares a intervalos mais ou menos longos) desempenham um papel superior. Mesmo que as feiras estejam abertas, como e geralmente o caso, aos

pequenos vendedores e aos comerciantes medíocres, elas são, tal como as Bolsas, dominadas pelos grandes comerciantes atacadistas, aqueles a que em breve se passará a chamar os *negociantes* e que não se ocupam do comércio de varejo.

Nos primeiros capítulos do volume II da minha obra, intitulado *Les Jeux de l'échange* [Os jogos da Troca], descrevi longamente esses diversos elementos da economia de mercado, tentando ver as coisas de tão perto quanto possível. Talvez me tenha entregue um pouco ao prazer dessa observação e o leitor achará, sem dúvida, que fui um tanto prolixo. Mas não e bom que a história seja, em primeiro lugar, uma descrição, simples observação, classificação sem demasiadas idéias previas? Ver, fazer ver, e a metade de nossa tarefa. Ver, se possível, com os nossos próprios olhos. Porquanto posso assegurar-lhes que nada e mais fácil na Europa, não digo nos Estados Unidos, do que ver ainda o que pode ser um mercado na rua de uma cidade, ou uma loja de antanho, ou um mascate pronto a relatar-nos suas viagens, ou uma feira, ou uma Bolsa. Vá o leitor ao Brasil e percorra o interior da Bahia, ou à Cabília, ou à África Negra, e reencontrará feiras e mercados arcaicos vivendo ainda sob os seus olhos. E depois, se nos dispusermos a lê-los, existem milhares de documentos para nos falar das trocas de ontem, arquivos de cidades, registros de notários, documentos de polícia e tantos relatos de viajantes, para não falar dos pintores.

Vejamos o exemplo de Veneza. Passeando pela cidade tão milagrosamente intata, depois de ter perambulado por arquivos e museus, pode-se quase recons tituir espetáculos de ontem. Em Veneza, nada de feiras, ou não mais feiras de mercadorias: a *Sensa*, feira da Ascensão, é uma festa, com barracas de comerciantes na praça de São Marcos, mascarados, música e o espetáculo ritual dos esponsais do doge com o mar, na altura de San Nicolo. Alguns mercados funcionam em redor da praça de São Marcos, em particular os mercados de pedras preciosas e de peles não menos preciosas. Mas, ontem como hoje, o grande espetáculo mercantil e o

da praça de Rialto, frente à ponte e ao *Fondaco dei Tedeschi*, hoje o correio central de Veneza, Em 1530, o Aretino, que tinha sua casa sobre o Grande Canal, divertia-se olhando os barcos carregados de frutas, de montanhas de melões, vindos das ilhas da laguna até esse "ventre" de Veneza, pois a praça dupla de Rialto – Rialto Nuovo e Rialto Vecchio – e o "ventre" e o centro ativo de todas as trocas, de todos os negócios, pequenos e grandes. A dois passos das bancas ruidosas da dupla praça, eis os grandes negociantes da cidade, em sua Loggia, construída em 1455, poderíamos dizer, em sua Bolsa, discutindo todas as manhãs, discretamente, seus negócios, seguros marítimos, fretes, comprando, vendendo, assinando contratos entre eles ou com mercadores estrangeiros. A dois passos, em suas apertadas lojas, os *banchieri* estão a postos para fechar de imediato essas transações mediante saques ou transferências de conta a conta. Também nas proximidades, onde ainda hoje se encontram, a *Herberia*, o mercado das verduras e legumes, a *Pescheria*, a lota ou mercado do peixe e, um pouco mais longe, na antiga Ca Quarini, as *Beccherie*, os açougues, na vizinhança da igreja do padroeiro dos açougueiros, San Matteo, a qual somente veio a ser destruída no século XIX.

Estaríamos um pouco mais desambientados na algazarra da Bolsa de Amsterdam, digamos, no século XVII, mas um corretor de hoje, que se divertiria imenso lendo o surpreendente livro de José de la Vega, *Confusión de confusiones* (1688), reconhecer-se-ia sem dificuldade, imagino, no jogo já complicado e sofisticado das ações que se vendem e revendem sem as possuir, segundo os procedimentos muito modernos das vendas à vista e a prazo. Uma viagem a Londres, visitando os célebres cafés da *Change Alley*, revelaria as mesmas artimanhas e as mesmas acrobacias.

Mas, detenhamo-nos nessas enumerações. Simplificando, distinguimos dois registros da economia de mercado: um registro inferior, os mercados, as lojas, os camelôs; um registro superior, as feiras e as Bolsas. Primeira pergunta: Em que e que esses

instrumentos da troca podem ajudar-nos a explicar, de um modo geral, as vicissitudes da economia européia de *Ancien Régime*, entre os séculos XV e XVIII? Segunda pergunta: Em que, por semelhança ou por contraste, podem eles elucidar, para nós, os mecanismos da economia não-européia, da qual apenas se começa a conhecer alguma coisa? São estas as duas questões a que desejaríamos responder, na conclusão da presente conferência.

## IV

Em primeiro lugar, a evolução do Ocidente no transcurso desses quatro séculos: do XV ao XVIII.

O século XV, sobretudo depois de 1450, assiste a uma retomada geral da economia, em benefício das cidades, as quais, favorecidas pela elevação dos preços "industriais", ao mesmo tempo que os preços agrícolas estagnam ou declinam, progridem mais depressa que o interior. Nenhum erro possível: nesse momento, o papel propulsor é o das lojas de artesãos ou, melhor ainda, dos mercados urbanos. São esses mercados que ditam a lei. A retomada é assim marcada no nível mínimo da vida econômica.

No século seguinte, quando a máquina recuperada se complica em virtude da própria velocidade readquirida (o século XIII e o século XIV, antes da Peste Negra, tinham sido épocas de franca aceleração) e em decorrência da ampliação da economia atlântica, o movimento motor situa-se à altura das feiras internacionais: feiras de Antuérpia, de Berg-op-Zoom, de Frankfurt, de Medina del Campo, de Lyon, por um instante o centro do Ocidente, ainda mais, subseqüentes, as chamadas feiras de "Besançon", de extrema sofisticação, reduzidas aos tráficos do dinheiro e do crédito, e instrumento, durante pelo menos uma quarentena de anos, de 1579 a 1621, da dominação dos genoveses, senhores incontestáveis dos movimentos monetários internacionais. Raymond de Roover, pouco

propenso, dada a sua prudência inata, às generalizações, não hesitou em caracterizar o século XVI como o apogeu das enormes feiras. O desenvolvimento pujante desse século tão ativo seria, em última análise, a exuberância de um último patamar, de uma superestrutura e, ao mesmo tempo, a proliferação dessa *superestrutura*, que e inchada agora pelas chegadas de metais preciosos das Américas e, mais ainda, por um sistema de trocas que faz circular rapidamente uma massa de papel e de crédito. Essa frágil obra-prima dos banqueiros genoveses desmoronará na década de 1620, por mil razões ao mesmo tempo.

A vida ativa do século XVII, emancipada dos sortilégios do Mediterrâneo, desenvolve-se através do vasto campo do oceano Atlântico. Descreveu-se freqüentemente esse século como uma época de recuo ou de estagnação econômica. Há que atenuar, sem dúvida, esse quadro. Pois se o impulso do século XVI foi certamente cortado, na Itália e em outros centros, a ascensão fantástica de Amsterdam não ocorre, porém, sob o signo do marasmo econômico. Em todo o caso, sobre esse ponto, os historiadores estão todos de acordo: a atividade que persiste apóia-se num retorno decisivo à mercadoria, a uma troca de base, em suma, tudo em benefício da Holanda, de suas frotas, da Bolsa de Amsterdam. Ao mesmo tempo, a feira cede o lugar às Bolsas, às praças de comércio, que estão para a feira como o mercado urbano para a loja comum, ou seja, um fluxo contínuo substitui os encontros intermitentes. Eis uma história clássica, por demais conhecida. Mas a Bolsa não e a única em causa. Os esplendores de Amsterdam ameaçam esconder de nós êxitos mais ordinários. De fato, o século XVII e também o do florescimento maciço das lojas, um outro triunfo da continuidade. Elas multiplicam-se por toda a Europa, onde criam redes compactas de redistribuição. É Lope de Vega (1607) quem diz a respeito de Madri do Século de Ouro que todo se *ha vuelto tiendas* [tudo se transformou em lojas].

No século XVIII, século de aceleração econômica geral, todos os instrumentos da troca estão logicamente em serviço: as Bolsas ampliam suas atividades, Londres imita e tenta suplantar Amsterdam, que tende agora a especializar-se como a grande praça dos empréstimos internacionais, enquanto que Genebra e Gênova participam nesses jogos perigosos, Paris anima-se e começa a afinar pelo diapasão geral, o dinheiro e o crédito correm assim cada vez mais livremente de um lugar para outro. Nesse ambiente, e natural que as feiras saiam perdendo: feitas para ativar as transações tradicionais pela outorga de vantagens fiscais, entre outras, elas perdem sua razão de ser em período de trocas e de crédito fáceis. Entretanto, se elas começam declinando onde a vida se precipita, mantêm-se e prosperam onde perduram ainda economias tradicionais. Enumerar as feiras ativas do século XVIII significa também assinalar as regiões marginais da economia européia: na França, a zona das feiras de Beaucaire; na Itália, a região dos Alpes (Bolzano) ou o sul. Mais ainda os Bálcãs, a Polônia, a Rússia e, para oeste, além-Atlântico, o Novo Mundo.

Seria inútil acrescentar que, nesse período de elevado índice de consumo e de troca, os mercados urbanos elementares e as lojas estão mais animados do que nunca. Estas não chegam então às aldeias? Os próprios mascates decuplicam suas atividades. Desenvolve-se, enfim, o que a historiografia inglesa chama o *private market*, por oposição ao *public market*, este vigiado pelas autoridades urbanas carrancudas, aquele fora desses controles. Tal *private market* que, muito antes do século XVIII, começou organizando em toda a Inglaterra as compras diretas, freqüentemente antecipadas, aos produtores, a compra aos camponeses, fora do mercado, da lã, do trigo, dos panos, etc., significou o estabelecimento, contra a regulamentação tradicional do mercado, de cadeias comerciais autônomas, bastante extensas, livres em seus movimentos e que, aliás, se aproveitam sem escrúpulos dessa

liberdade. Impuseram-se por sua eficácia, favorecendo os volumosos abastecimentos necessários ao exército ou às grandes capitais. O “ventre” de Londres, o “ventre” de Paris foram, em suma, revolucionários. O século XVIII, em poucas palavras, terá desenvolvido tudo na Europa, inclusive o “contramercado”.

Tudo isso é verdade da Europa. Até agora só falamos dela. Não que queiramos reduzir tudo à sua vida particular mediante uma visão eurocentrista demasiado cômoda. Mas, simplesmente, porque o ofício de historiador desenvolveu-se na Europa e foi ao próprio passado deles que os historiadores se ligaram. Há alguns decênios, entretanto, produziu-se uma inversão; as fontes documentais, na Índia, no Japão, na Turquia, são sistematicamente exploradas e começamos a conhecer a história desses países não apenas pelos relatos de viajantes ou pelos livros dos historiadores europeus. Já conhecemos o bastante sobre esses países para nos fazermos esta pergunta: Se os mecanismos da troca que acabamos de descrever só para a Europa existem fora da Europa – e existem na China, na Índia, através do Islã, no Japão – poderemos utilizá-los para um ensaio de analise comparada? O objetivo seria, se possível, situar a não-Europa, em geral, em relação à própria Europa, ver se o crescente abismo que vai cavar-se entre elas já era visível antes da Revolução Industrial, antecipando-se em relação ao resto do mundo.

Primeira constatação: por toda a parte os mercados estão instalados, mesmo em sociedades apenas esboçadas, na África Negra e nas civilizações ameríndias. *A fortiori*, nas sociedades muito densas, evoluídas, que estão literalmente crivadas de mercados elementares. Um pequeno esforço, esses mercados estão diante dos nossos olhos, ainda vivos ou fáceis de reconstituir. Nos países islâmicos, as cidades despojaram virtualmente as aldeias de seus mercados. Tal como na Europa, aquelas absorveram-nos. Os maiores desses mercados exibem-se junto às portas monumentais das cidades, em espaços que não são, em suma, nem campo nem cidade, onde o citadino de um lado, o campesino do outro,

encontram-se em terreno neutro. Na própria cidade, em ruas e praças estreitas, os mercados de bairro logram introduzir-se: o cliente aí encontra o pão fresco do dia, algumas mercadorias e, contrariamente ao uso comum da Europa, muitos pratos cozinhados: espetinhos de carne, cabeças de carneiro assadas, coscorões, doces. Os grandes centros comerciais, simultaneamente mercados, concentrações de lojas e galerias à européia, são os *fondouks*, os *bazars*, como o Besestan de Istambul.

Na Índia, notamos uma particularidade: não há unia aldeia que não possua o seu mercado, em razão da necessidade de transformar aí, pela intervenção do mercador baniano, as taxas entregues em natura pela comunidade aldeã, em taxas em dinheiro, seja para o GrãoMogol, seja para os senhores de seu séquito. Deve-se ver nessa nebulosa de mercados aldeões uma imperfeição, na Índia, da penhora urbana? Ou, pelo contrário, imaginar que os mercadores banianos praticam uma espécie de *private market*, apossando-se da produção na fonte, na própria aldeia?

A organização mais surpreendente, no estágio dos mercados elementares, é certamente a da China, a tal ponto que o seu caso depende de uma geografia exata, quase matemática. Vejamos, a titulo de exemplo, um burgo ou uma cidade pequena. Marque-se um ponto numa folha em branco. Em redor desse ponto dispõem-se de seis a dez aldeias, a uma distância tal que o camponês possa, durante o dia, ir ao burgo e regressar. Esse conjunto geométrico – um ponto no centro e dez pontos em torno dele – e o que chamaríamos um cantão, a zona de irradiação de um mercado de burgo. Praticamente, esse mercado divide-se segundo as ruas e as praças do burgo, agrega-se às lojas dos revendedores, dos usurários, dos escrivães públicos, dos mercadores de gêneros alimentícios, das casas de chá e de saque. W. Skinner tem razão, e nesse espaço cantonal que se situa a matriz da China camponesa, não na aldeia. O leitor aceitará também sem dificuldade que os burgos gravitam, por sua vez, em torno de uma cidade que eles envolvem a uma distância conveniente

e reabastecem, e pela qual estão vinculados aos tráficos longínquos e às mercadorias que não são produzidas localmente. Que o todo seja um sistema, e o que diz claramente o fato de que o calendário dos mercados dos diversos burgos e da cidade são fixados de modo a não se sobreporem. De um mercado ao outro, de um burgo ao outro, circulam sem parar mascates e artesãos, porque, na China, a loja do artesão e ambulante e é no mercado que se lhe alugam seus serviços, se bem que o ferreiro ou o barbeiro se deslocarão, para executar seu trabalho, ao domicílio do freguês. Em suma, a massa chinesa é atravessada, animada por cadeias de mercados regulares, mutuamente ligados e todos rigorosamente fiscalizados.

As lojas, os camelôs, os mascates, são igualmente muito numerosos, pode-se dizer que pululam; mas as feiras e as Bolsas, mecanismos superiores, estão ausentes. Existem algumas feiras, sim, mas todas elas marginais, nas fronteiras da Mongólia ou em Cantão, para as mercadorias estrangeiras, também uma forma de vigiá-las.

Então, das duas uma: ou o governo e hostil a essas formas superiores de troca, ou então a circulação capilar dos mercados elementares bastava à economia chinesa: as artérias e as veias não lhe seriam necessárias. Por uma ou outra dessas razões, ou pelas duas ao mesmo tempo, a troca na China e aparada, nivelada, e veremos numa outra conferência que isso teve sua grande importância para o não-desenvolvimento do capitalismo chinês.

Os estágios superiores da troca são melhor desenhados no Japão, onde as redes de grandes comerciantes estão perfeitamente organizadas. Melhor desenhadas também na Insulíndia, velha encruzilhada mercantil, que tem suas feiras regulares, suas Bolsas, se assim entendermos, tal como na Europa dos séculos XV-XVI e até mais tarde, as reuniões cotidianas dos grandes comerciantes atacadistas de uma dada praça. Assim, em Bantam, na ilha de Java, por largo tempo a cidade mais ativa da ilha, mesmo após a fundação de Batavia em 1619, os negociantes reúnem-se todos os dias numa das praças da cidade, à hora em que o mercado aí termina.

A Índia é, por excelência, o país das feiras, vastas reuniões simultaneamente mercantis e religiosas, porquanto se celebram a maioria das vezes nos lugares de peregrinação. Toda a península e agitada por essas reuniões gigantescas. Admiramos sua onipresença e sua importância; não eram, entretanto, o sinal de uma economia tradicional, de uma certa maneira voltada para o passado? Em contrapartida, no mundo islâmico, embora as feiras tenham existido, não eram tão numerosas nem tão vastas quanto as da Índia. Exceções como as feiras de Meca apenas confirmam a regra. Com efeito, as cidades muçulmanas, superdesenvolvidas e superdinâmicas, possuíam os mecanismos e os instrumentos dos estágios superiores da troca. Ordens de pagamento e promissórias circulavam tão correntemente quanto na Índia e emparelhavam com a utilização direta do dinheiro vivo. Toda uma rede de crédito ligava as cidades muçulmanas ao Extremo Oriente. Um viajante inglês, de regresso das Índias, em 1759, e prestes a passar de Basra para Constantinopla, não querendo deixar seu dinheiro em depósito na East India Company, em Surat, entregou 2.000 piastras em espécie a um banqueiro de Basra que lhe deu uma carta redigida em “língua franca” e endereçada a um banqueiro de Alepo. Devia ter, teoricamente, retirado um lucro na transação mas não ganhou tanto quanto esperava. Não se pode ganhar sempre.

Em resumo, se a comparamos com as economias do resto do mundo, a economia européia parece ter ficado devendo seu desenvolvimento mais célebre à superioridade de seus instrumentos e de suas instituições: as Bolsas e as diversas formas de crédito. Mas, sem uma única exceção, todos os mecanismos e artifícios da troca se reencontram fora da Europa, desenvolvidos e utilizados em graus diversos, e pode-se aí discernir uma hierarquia: no estágio quase superior, o Japão; talvez a Insulíndia e o Islã; certamente a Índia, com sua rede de crédito desenvolvida pelos mercadores banianos, sua prática de empréstimo de dinheiro às iniciativas arriscadas, seus seguros marítimos; no estágio inferior, habituada a

viver voltada para si mesma, a China; e, finalmente, logo abaixo dela, milhares de economias ainda primitivas.

O fato de estabelecer uma classificação entre as economias do mundo não e isento de significado. Conservarei em mente essa hierarquia no capítulo seguinte, quando tentarei avaliar as posições ocupadas pela economia de mercado e o capitalismo. Com efeito, essa ordenação vertical permitirá que a análise renda seus frutos. Acima da massa imensa da vida material de todos os dias, a economia de mercado estendeu suas malhas e manteve em vida suas diversas redes. E foi, habitualmente, acima da economia de mercado propriamente dita que o capitalismo prosperou. Poderia dizer-se que a economia do mundo inteiro e visível num verdadeiro mapa em relevo.

*CAPÍTULO II*

# OS JOGOS DA TROCA

NA minha conferência precedente, apontei o lugar característico, dos séculos XV a XVIII, de um enorme setor de autoconsumo que, no essencial, permanece inteiramente estranho à economia de troca. A Europa, mesmo a mais desenvolvida, está salpicada, até o século XVIII e mesmo depois, de zonas que participam pouco na vida geral e, em seu isolamento, obstinam-se em levar sua própria existência, quase inteiramente fechada sobre si mesma.

Gostaria de abordar agora o que depende propriamente da troca e que designaremos, ao mesmo tempo, como a *economia de mercado* e como o *capitalismo*. Essa dupla denominação indica que entendemos distinguir um do outro esses dois setores que, a nossos olhos, não se confundem. Repetimos, entretanto, que esses dois grupos de atividade – *economia de mercado* e *capitalismo* – são, até o século XVIII, minoritários, que a massa das ações dos homens permanece contida, absorvida no imenso domínio da vida material. Se a economia de mercado e em extensão, se ia cobre vastíssimas superfícies e conhece êxitos espetaculares, falta-lhe ainda, com bastante freqüência, espessura. Quanto às realidades do *Ancien Régime*, que designo, com ou sem razão, por *capitalismo*, elas decorrem de um estágio brilhante, sofisticado, mas estreito, que não engloba o conjunto da vida econômica nem cria, a exceção confirmando a regra, o "modo de produção" que lhe seria próprio e tenderia por si mesmo a generalizar-se. Seria mesmo necessário que esse capitalismo qualificado comumente de *mercantil* compreendesse e manipulasse em seu conjunto a economia de mercado, se bem que esta seja a sua indispensável condição prévia. E, no entanto, o papel nacional, internacional, mundial, do capitalismo, já é evidente.

I

A economia de mercado, de que já falei no primeiro capítulo, apresenta-se-nos sem ambigüidade excessiva. Os historiadores concederam-lhe, na verdade, um lugar primacial. Todos a privilegiam. Em comparação, a produção e o consumo são continentes ainda mais explorados por uma pesquisa quantitativa que apenas se encontra em seus primórdios. Não se compreende esse universo com facilidade. A economia de mercado, pelo contrário, não se cansa de fazer falar dela. Enche páginas e páginas de documentos de arquivos – arquivos urbanos, arquivos privados de famílias de comerciantes, documentos de justiça e de polícia, deliberações das câmaras de comércio, registros de notários, etc. Assim, como não a localizar com exatidão e não se interessar por ela? De fato, ela ocupa continuamente a cena.

É evidente que o perigo consiste em só ver a ela, em descrevê-la com um luxo de detalhes que sugere uma presença dominante, insistente, quando não passa de um fragmento num vasto conjunto, pela sua própria natureza que a reduz ao papel de ligação entre a produção e o consumo, e pelo fato de que, antes do século XIX, era uma simples camada mais ou menos espessa e resistente, por vezes muito delgada, entre o oceano da vida cotidiana que a inclui e os processos do capitalismo que, uma vez em cada duas, a manobram de cima.

Poucos historiadores possuem o sentimento claro dessa limitação que, restringindo-a, define a economia de mercado e assinala o seu verdadeiro papel. Witold Kula pertence ao número daqueles que não se deixam impor demais pelo movimento dos preços do mercado, seus altos e baixos, suas crises, suas correlações longínquas e suas tendências para o uníssono – ou seja, tudo o que torna palpável o aumento regular do volume das trocas. Para usar uma de suas imagens, e importante olhar sempre para o fundo do

poço, até a massa profunda da água, da *vida material* que os preços do mercado tocam mas não penetram e nem sempre agitam. Toda a história econômica que não seja de duplo registro – a saber, a saída do poço e o poço em profundidade – corre também o risco de ser terrivelmente incompleta.

Posto isto, fica evidente que entre os séculos XV e XVIII não parou de se ampliar a zona dessa vida rápida que e a economia de mercado. O sinal que o anuncia e o prova e, através do espaço, a variação em cadeia dos preços dos mercados. Esses preços movimentam-se no mundo inteiro, na Europa segundo inúmeras observações, no Japão e na China, na Índia e através dos países islâmicos (como no_ império turco), na América, onde os metais preciosos desempenham um papel precoce – isto e, na Nova Espanha, no Brasil, no Peru. E, bem ou mal, todos esses preços se correspondem, seguem-se com desajustes mais ou menos acentuados, defasagens quase insensíveis através da Europa inteira, onde as economias se engatam umas nas outras, mas que, em contrapartida, retardariam de uma vintena de anos, pelo menos, em relação à Europa, o avanço da Índia do final do século XVI e começo do XVII.

Em suma, bem ou mal, uma certa economia liga entre si os diferentes mercados do mundo, uma economia que não só traz em sua esteira algumas mercadorias excepcionais, mas também os metais preciosos, viajantes privilegiados que já dão a volta ao mundo. Os dobrões espanhóis, cunhados com o metal branco da América, atravessam o Mediterrâneo, atravessam o império turco e a Pérsia, atingem a Índia e a China. A partir de 1572, via Manila, o metal branco americano atravessa também o Pacífico e, em fim de viagem, chega uma vez mais à China, agora por essa nova rota.

Essas ligações, essas cadeias, esses tráfegos, esses transportes essenciais, como não atrairiam os olhares dos historiadores? Esses espetáculos os fascinam, tal como fascinaram os contemporâneos. Mesmo os primeiros economistas, que estudam eles, *de fato*, se não

a oferta e demanda no mercado? O que e a política econômica das cidades sobranceiras senão a vigilância de seus mercados, de seu abastecimento, de seus preços? É o Príncipe, a partir do momento em que uma política econômica se desenha em seus atos, não é a propósito do mercado nacional, da bandeira nacional que cumpre defender, da indústria nacional ligada ao mercado interno e ao mercado externo, que importa adotar uma política de promoção? É nessa zona estreita e sensível do mercado que se torna possível e lógico agir. Ela repercute as medidas tomadas, como a prática o mostra todos os dias. De modo que se acabou por crer, com razão ou sem ela, que as trocas têm, em si mesmas, um papel decisivo, equilibrador, que elas igualam pela concorrência os desnivelamentos, ajustam a oferta e a demanda, que o mercado é um deus escondido e benevolente, "a mão ínvisível" de Adam Smith, o mercado auto-regulador do século XIX, a pedra angular da economia, se nos ativermos ao *laissez faire*, *laissez passer*. Há uma parte de verdade, uma parte de má fé, mas também de ilusão. Pode-se esquecer quantas vezes o mercado foi manipulado ou falseado, o preço arbitrariamente fixado pelos monopólios de fato ou de direito? E sobretudo, admitindo as virtudes concorrenciais do mercado ("o primeiro computador posto ao serviço dos homens"), importa assinalar, pelo menos, que o – mercado, entre produção e consumo, e apenas uma ligação imperfeita, que mais não seja na medida em que ela continua sendo *parcial*. Sublinhemos esta última palavra: parcial. De fato, creio nas virtudes e na importância de uma economia de mercado, mas não acredito em seu reinado exclusivo. Isso não impede que, até uma época relativamente próxima de nós, os economistas só raciocinassem a partir de seus esquemas e de suas lições. Para Turgot, a circulação e realmente o conjunto da vida econômica. Do mesmo modo, David Ricardo, muito mais tarde, só enxerga o rio estreito mas vivo da economia de mercado. E se, depois de mais de 50 anos, os economistas, instruídos pela experiência, já não defendem mais as virtudes automáticas do *laissez*

*faire*, o mito ainda não se apagou na opinião pública e nas discussões políticas de hoje.

II

Finalmente, se lancei a palavra *capitalismo* no debate, a propósito de uma época onde ainda não se lhe conhecia o direito de cidade, foi sobretudo porque tive necessidade de uma outra palavra que não *economia de mercado* para designar atividades que são comprovadamente diferentes. A minha intenção não era, por certo; introduzir o lobo no redil. Eu sabia bem – tanto os historiadores ia o repetiram e com conhecimento de causa – que essa palavra de combate é ambígua, terrivelmente carregada de atualidade e, virtualmente, de anacronismo. Se, contra toda a prudência, lhe abri a porta foi por múltiplas razões.

Em primeiro lugar, entre os séculos XV e XVIII, certos processos reclamam uma designação especial. Quando observados de perto, seria quase absurdo incluí-los e dispô-los, sem mais nem menos, na economia ordinária de mercado. A palavra que então acode mais espontaneamente ao espírito e bem *capitalismo*. Irritados, expulsamo-la pela porta e ela volta em seguida a entrar pela janela. Pois não lhe encontramos um substituto adequado e isso e sintomático. Como diz um economista norte-americano, a melhor razão para nos servirmos da palavra *capitalismo*, por mais desacreditada que esteja, e que, no fim de contas, não se encontrou outra para substituí-Ia. Sem dúvida, ela tem o inconveniente de arrastar a reboque inúmeras querelas e discussões. Mas essas querelas, as boas, as menos boas e as ociosas, e na verdade impossível evitá-las, agir e discutir como se elas não existissem. Inconveniente ainda pior, a palavra está repleta de sentidos que lhe são dados pela vida de hoje.

Pois *capitalismo*, em seu uso mais amplo, data do começo do século XX. Vejo-o no lançamento verdadeiro, com um pouco de arbitrário, em 1902, do muito conhecido livro de Werner Sombart, *Der moderne Kapitalismus*. Esta palavra, praticamente, será ignorada por Marx. Eis-nos, portanto, e diretamente, ameaçados do pior dos pecados, o do anacronismo. Nada de capitalismo antes da Revolução Industrial, gritava um dia um historiador ainda jovem: "O capital, sim; o capitalismo, não!"

Entretanto, jamais existe entre passado, mesmo passado longínquo, e tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não-contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente, de a fecundar. Além disso, muitos historiadores, e não dos de menor gabarito, apercebem-se hoje de que a Revolução Industrial se anuncia muito tempo antes do século XVIII. Talvez a melhor razão para nos persuadirmos disso seja o espetáculo de certos países subdesenvolvidos de hoje que tentam e, com o modelo de sucesso, por assim dizer, diante dos olhos, fracassam em sua Revolução Industrial. Em suma, essa dialética sem fim, repetidamente posta em causa – passado, presente; presente, passado – ameaça ser, muito simplesmente, o âmago e a razão de ser da própria história.

## III

Só se disciplinará, só se definirá a palavra *capitalismo*, para coloca-Ia a serviço exclusivo da explicação histórica, se a enquadrarmos seriamente entre as duas palavras que a subentendem e lhe conferem seu sentido: *capital* e *capitalista*. O capital, realidade tangível, massa de meios facilmente identificáveis, permanentemente em ação; o capitalista, o homem que preside ou procura presidir à inserção do capital no processo incessante de produção a que todas as sociedades estão condenadas; o *capitalismo*

e, *grosso modo* (mas só *grosso modo*), a forma como se conduz, para fins usualmente pouco altruístas, esse jogo constante de inserção.

A palavra-chave é o capital. Este, nos estudos dos economistas, assumiu o sentido apoiado de *bem de capital*; não designa somente as acumulações de dinheiro, mas os resultados utilizáveis e utilizados de todo o trabalho anteriormente realizado: uma casa e um capital; o trigo enceleirado e um capital; um navio, uma estrada, são capitais. Mas um bem de capital só merece tal nome se participar no processo renovado da produção: o dinheiro -de um tesouro sem emprego não é um capital, do mesmo modo que não é uma floresta inexplorada, etc. Dito isto, haverá uma única sociedade, até onde chega o nosso conhecimento, que não tenha acumulado, que não acumule bens de capital, que não os utilize. regularmente para o seu trabalho e que, pelo trabalho, não os reconstitua e não os faça frutificar? A mais modesta aldeia do Ocidente, no século XV, tem seus caminhos, seus campos limpos de pedras, suas terras cultivadas, suas florestas organizadas, suas sebes vivas, seus pomares, suas rodas de moinho, suas reservas de grãos ... Cálculos feitos pelos economistas antigos dão, entre o produto bruto de um ano de trabalho e a massa dos bens de capital (aquilo a que chamamos o *patrimônio*), uma relação de 1 para 3 ou 4, a mesma, em suma, que Keynes aceitava para a economia das sociedades atuais. Cada sociedade teria assim, atrás dela, o equivalente de três ou quatro anos de trabalho acumulado, posto em reserva, de que ela se serviria para levar a bom termo a sua produção, sendo o patrimônio, além disso, usado só parcialmente para esse fim, nunca os 100%, como e óbvio.

Mas deixemos esses problemas. O leitor conhece-os tão bem quanto eu. De fato, sou-lhe devedor de uma única explicação: como e que posso validamente distinguir o *capitalismo* da *economia de mercado*? E reciprocamente?

Bem entendido, o leitor não está esperando, de minha parte, uma distinção peremptória do gênero: a água de um lado, o azeite por cima dela. A realidade econômica nunca se apóia em corpos simples. Mas aceitará sem muita dificuldade que possam existir, pelo menos, duas formas da chamada economia de mercado (*A*, *B*), discerníveis com um pouco de atenção, que mais não seja pelas relações humanas, econômicas e sociais que elas instauram.

Na primeira categoria (*A*), colocarei de bom grado as trocas cotidianas do mercado, os tráficos locais ou a pouca distância: assim, o trigo, a madeira que e encaminhada para a cidade próxima; e mesmo os comércios de maior raio de ação, quando são regulares, previsíveis, rotineiros, abertos tanto aos pequenos quanto aos grandes comerciantes; assim, o encaminhamento dos cereais do Báltico, a partir de Dantzig, até Amsterdam, no século XVII; assim, do sul para o norte da Europa, o comércio do azeite ou do vinho – penso naquelas caravanas de carroças alemãs que iam buscar, todos os anos, o vinho branco da Ístria.

Dessas trocas sem surpresas, "transparentes", das quais cada um conhece de antemão os limites e as particularidades e cujos lucros, sempre medidos, e sempre possível avaliar, o mercado de um burgo oferece-se como um bom exemplo. Reúne, sobretudo, produtores – camponeses, camponesas, artesãos – e clientes, uns do próprio burgo, os outros das aldeias vizinhas. No máximo, haverá uma vez por outra dois ou três comerciantes, isto é, entre o cliente e o produtor o terceiro homem: o intermediário. E esse comerciante pode, ocasionalmente, perturbar o mercado, dominá-lo, influir sobre os preços por manobras de estocagem; mesmo um pequeno revendedor pode, contra os regulamentos, antecipar-se aos camponeses na entrada de um burgo, comprar a preços mais reduzidos as mercadorias deles e em seguida oferece-Ias ele próprio aos compradores: essa é uma fraude elementar, presente na periferia de todos os burgos e mais ainda de todas as cidades, capaz, quando se amplia em grandes proporções, de fazer subir os preços. Assim,

mesmo no burgo ideal que imaginamos, com seu comércio regulamentado, leal, transparente "olho no olho, mão na mão", como dizem os alemães – a troca segundo a categoria *B*, a dos intermediários e "atravessadores", fugindo à transparência e ao controle, não está totalmente ausente. Do mesmo modo, o comércio regular que anima os grandes comboios de trigo do Báltico e um comércio transparente: as curvas de preço na partida, em Dantzig, e na chegada, em Amsterdam, são sincrônicas, e a margem de lucro e, ao mesmo tempo, segura e moderada. Mas basta que a fome grasse no Mediterrâneo, como ocorreu em 1590, por exemplo, e veremos comerciantes internacionais, representando grandes clientes, desviarem de sua rota habitual navios inteiros cuja carga, transportada para Livorno ou Gênova, terá triplicado ou quadruplicado de preço. Também nesse caso a economia *A* pode ceder o passo à economia *B*.

Desde que se suba na hierarquia das trocas, e o segundo tipo de economia que predomina e desenha sob os nossos olhos uma "esfera de circulação" evidentemente diferente. Os historiadores ingleses assinalaram, a partir do século XV, a importância crescente, ao lado do mercado público tradicional – o *public market* – do que eles batizaram de *private market*, o mercado privado; eu direi de bom grado, para acentuar a diferença, o *contramercado*. Com efeito, não busca ele desembaraçar-se das regras do mercado tradicional, freqüentemente paralisador em excesso? Mercadores itinerantes, marchantes, agentes de grandes atacadistas, contatam os produtores em suas casas. Ao camponês eles compram diretamente a lã, o cânhamo, os animais em pé, os couros, a cevada ou o trigo, as aves domésticas, etc. Ou compram-lhes até esses produtos antecipadamente, a lã antes da tosquia dos carneiros, o trigo quando ainda está verde. Um simples bilhete assinado na estalagem da aldeia ou na própria fazenda sela o contrato. Em seguida, eles encaminham suas compras, por carroças, animais de carga ou barcaças, para as grandes cidades ou os portos exportadores. Tais

exemplos são encontrados no mundo inteiro, em torno de Paris tanto quanto de Londres, em Segóvia para as lãs, em Nápoles para o trigo, na Puglia para o azeite, na Insulíndia para a pimenta... Quando ele próprio não se entrega à exploração agrícola, o mercador itinerante marca seus encontros na periferia do mercado, à margem da praça onde ele se desenrola, ou então, com maior freqüência, instala sua base numa estalagem: as estalagens são as mudas para as carruagens em trânsito, as oficinas do transporte. Que esse tipo de troca substitui as condições normais do mercado coletivo por transações individuais cujos termos variam arbitrariamente segundo a situação respectiva dos interessados e comprovado sem ambigüidade na Inglaterra pelos numerosos processos que a interpretação dos pequenos bilhetes assinados pelos vendedores engendrou. É evidente que se trata de trocas desiguais em que a concorrência – lei essencial da chamada economia de mercado – dificilmente tem lugar e onde o comerciante dispõe de duas vantagens: ele rompeu as relações diretas entre o produtor e aquele a quem a mercadoria se destina finalmente (só ele conhece as condições do mercado nas duas pontas da cadeia e, portanto, a margem de lucro que obterá), e dispõe de dinheiro para compras à vista, o que constitui seu principal argumento. Assim, as extensas cadeias mercantis estendem-se entre a produção e o consumo e foi certamente a sua eficácia que as impôs, em especial para o abastecimento das grandes cidades, e o que incitou as autoridades a fecharem os olhos ou, pelo menos, a relaxar o controle.

Ora, quanto mais essas cadeias se alongam, mais escapam às regras e aos controles habituais, mais o processo capitalista emerge claramente. Emerge de maneira fulgurante no comércio a distância, o *Fernhandel*, no qual os historiadores alemães não são os únicos a ver o superlativo da vida de troca. O *Fernhandel* e, por excelência, um domínio de livre manobra, opera a distâncias que o colocam ao abrigo das fiscalizações ordinárias ou lhe permitem contorna-Ias; atuará, conforme o caso, desde a costa de Coromandel ou do golfo

de Bengala até Amsterdam, de Amsterdam a um determinado armazém de revenda na Pérsia, ou na China, ou no Japão. Nessa vasta zona operacional, existe a possibilidade de escolher, e ele escolhe o que maximiza seus lucros: o comércio das Antilhas está dando apenas lucros modestos? Não importa, no mesmo instante o comércio na Índia ou na China está garantindo lucros dobrados. Basta trocar o fuzil de ombro.

Desses grandes lucros derivam as consideráveis acumulações de capitais, tanto mais que o comércio a distância se reparte apenas entre poucas mãos. Não entra nele quem quer. O comércio local, pelo contrário, dispersa-se numa multidão de partes interessadas. Por exemplo, no século XVI, o comércio interno de Portugal, visto em sua massa e em todo o seu valor monetário estimado, e de longe superior ao comércio da pimenta, das especiarias e das drogas. Mas esse comércio interno está freqüentemente sob o signo da troca direta, do *valor de uso*. O comércio das especiarias está na linha da economia monetária. E só os grandes comerciantes o praticam e *concentram* em suas mãos lucros anormais. As mesmas considerações são válidas para a Inglaterra no tempo de Defoe.

Não é por acaso que, em todos os países do mundo, um grupo de grandes negociantes se destaca nitidamente da massa dos comerciantes, e que esse grupo e, por uma parte, muito reduzido e, por outra, está sempre ligado – entre outras atividades – ao comércio a distância. O fenômeno e visível na Alemanha a partir do século XIV, em Paris desde o século XIII, nas cidades da Itália desde o século XII e talvez mais cedo. O *tayir*, no Islã, mesmo antes do aparecimento dos primeiros negociantes ocidentais, ia era um importador-exportador que, de sua casa (o comércio já tinha uma matriz fixa) dirigia agentes e comissionários. Ele nada tem em comum com o *hawanti*, o pequeno comerciante com sua loja no *soukh* [mercado]. Na Índia, em Agra, ainda uma grande cidade, por volta de 1640, um viajante descreve o que se designa pelo nome de *sogador*, "aquele a quem chamaríamos na Espanha um *mercader*,

mas alguns ornam-se com o nome especial de *katari*, o titulo mais eminente entre aqueles que professam, nesses países; a arte mercantil e que significa mercador riquíssimo e de grande crédito". No Ocidente, o vocabulário assinala diferenças análogas. O negociante o *katari* francês; a palavra aparece no século XVII. Na Itália, a distância e enorme entre o mercante a *taglio* [comerciante retalhista] e o *negoziante*; o mesmo ocorre na Inglaterra entre o *tradesman* e o *merchant* que, nos portos ingleses, ocupa-se sobretudo da exportação e do comércio a distância; na Alemanha, entre os *Krämer*, por uma parte, e o *Kaufmann* ou o *Kaufherr*, por outra.

Será necessário dizer que esses capitalistas, tanto no Islã quanto na cristandade, são os amigos do príncipe, aliados ou exploradores do Estado? Muito cedo, desde sempre, eles ultrapassam os limites "nacionais", entendem-se com os comerciantes de praças estrangeiras. Têm mil formas de trapacear no jogo a favor deles, pela manipulação do crédito, pelo jogo frutuoso das boas contra as más moedas, indo as boas moedas de ouro e prata para as grandes transações, para o Capital, as más, de cobre, para os pequenos salários e os pagamentos cotidianos, portanto, para o Trabalho. Têm a superioridade da informação, da inteligência, da cultura. E apossam-se, à sua volta, de tudo o que e bom de possuir – a terra, os imóveis, as rendas... Quem duvidaria de que eles dispõem dos monopólios ou, simplesmente, têm o poderio necessário para, nove vezes em dez, apagar a concorrência? Escrevendo a um de seus comparsas em Bordéus, um negociante holandês recomendava-lhe que mantivesse seus projetos em segredo; caso contrário, acrescentava ele, "aconteceria com esse negócio o mesmo que com tantos outros em que, quando há concorrência, deixa de haver água para beber!" Enfim, e pela massa de seus capitais que os capitalistas estão em condições de preservar seus privilégios e de se reservar os grandes negócios internacionais da época. Por uma parte, porque nessa época os transportes muito lentos do grande comércio impõem

longos prazos para o giro de capitais: há que esperar meses, quando não, anos, para que as somas investidas retornem, aumentadas dos lucros. Por outra parte, porque, de um modo geral, o grande comerciante não utiliza somente seus próprios capitais: ele recorre ao crédito, ao dinheiro de outros. Enfim, esses capitais deslocam-se. A partir do final do século XIV, os arquivos de Francesco di Marco Datini, comerciante de Prato, perto de Florença, assinalam-nos o vaivém de letras de câmbio entre as cidades da Itália e os pontos quentes do capitalismo europeu: Barcelona, Montpellier, Avignon, Paris, Londres, Bruges... Mas esses eram jogos tão estranhos para o comum dos mortais quanto o são hoje as deliberações ultra-secretas da *Banque des Règlements Internationaux*, em Basiléia.

Assim, o mundo da mercadoria ou da troca encontra-se estritamente hierarquizado, desde os ofícios mais humildes – lixeiros, estivadores, camelôs, carroceiros, marinheiros – até aos caixeiros, lojistas, corretores de denominações diversas, prestamistas e, no topo, os negociantes. A coisa à primeira vista surpreendente e que a especialização, a divisão do trabalho, que não faz senão acentuar-se rapidamente à medida do progresso da economia de mercado, afeta toda essa sociedade mercantil, *exceto em seu topo*, ocupado pelos negociantes-capitalistas. Assim, o processo de fragmentação das funções, essa modernização, manifestou-se primeiro somente na base: os ofícios, os lojistas, até mesmo os mascates, especializam-se. O mesmo não ocorre no alto da pirâmide, visto que, até o século XIX, o negociante de altos vôos jamais se limitou, por assim dizer, a uma única atividade: e negociante, sem dúvida, mas nunca num único ramo, e também e, segundo as ocasiões, armador, segurador, prestamista, financista, banqueiro ou até empresário industrial ou agrícola. Em Barcelona, no século XVIII, o varejista, o *botiguer*, e sempre especializado: vende ou tecidos, ou mantéis, ou especiarias... Se enriquece suficientemente para tornar-se, um dia, um negociante, passa logo da especialização

à não-especialização. Doravante, todo bom negócio ao seu alcance será de sua competência, qualquer que seja o ramo.

Essa anomalia foi freqüentemente assinalada, mas a explicação comum não nos pode satisfazer muito: o negociante, dizem-nos, divide suas atividades entre diversos setores a fim de limitar seus riscos: perderá na cochonilha-do-carmim, ganhará nas especiarias; perderá numa transação mercantil mas ganhará jogando com os câmbios ou emprestando dinheiro a um camponês para garantir-se uma renda... Em suma, seguiria o conselho do provérbio que recomenda "não colocar todos os ovos no mesmo cesto".

De fato, eu penso:

– que o comerciante não se especializa porque nenhum ramo ao seu alcance e suficientemente nutrido para absorver toda sua atividade. Acredita-se com freqüência que o capitalismo de antanho era modesto por falta de capitais, que tinha primeiro de acumular por muito tempo, para só depois deslanchar. Entretanto, as correspondências de comerciantes ou as atas de câmaras de comércio mostram amiúde que havia capitais buscando inutilmente onde investir-se. O capitalista será então tentado pela aquisição de terras, valor refúgio, valor social, mas também, por vezes, de terras exploraveis de maneira moderna e fonte de receitas substanciais, como na Inglaterra, na Venécia e em outras regiões européias. Ou então se deixará tentar pelas especulações imobiliárias urbanas. Ou ainda por incursões, prudentes mas repetidas, no domínio da indústria, bem como pelas especulações mineiras (séculos XV-XVI). Mas e significativo que, salvo exceção, ele não se interesse pelo sistema de produção e se contente, pelo sistema de trabalho domiciliar, de *putting out*, em controlar a produção artesanal a fim de melhor se assegurar da sua comercialização. Em face do artesão e do sistema de *putting out*, as manufaturas só representarão, até o século XIX, uma parcela muito pequena da produção;

– que se o grande comerciante muda com tanta freqüência de atividade e porque o grande lucro muda incessantemente de setor. O capitalismo é, por essência, conjetural. Ainda hoje uma de suas grandes forças e a sua facilidade de adaptação e de reconversão;

– que uma única especialização teve, por vezes, tendência a manifestar-se na vida mercantil: o comércio do dinheiro. Mas o seu êxito nunca foi de longa duração, como se o edifício econômico não pudesse alimentar suficientemente esse ponto alto da economia. A banca florentina, um instante fulgurante, soçobra com os Bardi e os Peruzzi no século XIV; depois com os Medici, no século XV. A partir de 1579, as feiras genovesas de Piacenza convertem-se na câmara de compensação, o *clearing*, de quase todos os pagamentos europeus, mas a extraordinária aventura dos banqueiros genoveses durará menos de meio século, até 1621. No século XVII, Amsterdam dominará brilhantemente, por sua vez, os circuitos do crédito europeu e a experiência se saldará, também desta vez, por um fracasso no século seguinte. Só no século XIX, depois de 1830-1860, o capitalismo financeiro verá seus esforços coroados de êxito, quando a banca se apossará de tudo, da indústria e depois da mercadoria, e a economia em geral terá adquirido suficiente vigor para sustentar definitivamente essa construção.

Resumindo: dois tipos de troca; um terra-a-terra, competitivo, pois que transparente; o outro superior, sofisticado, dominante. Não são os mesmos mecanismos nem os mesmos agentes que regem esses dois tipos de atividade, e não e no primeiro mas no segundo que se situa a esfera do capitalismo. Não nego que pudesse existir, ardiloso e cruel, um capitalismo aldeão de tamancos; Lênin, pelo que me disse o Professor Daline, de Moscou, sustentava, inclusive, que num país socialista, uma vez concedida a liberdade a um mercado de aldeia, seria possível reconstituir a árvore inteira do capitalismo. Tampouco nego que existisse um microcapitalismo dos lojistas; Gerschenkron pensa que o verdadeiro capitalismo saiu daí. A relação de forças, na base do capitalismo, pode esboçar-se e ser

reencontrada em todas as etapas da vida social. Mas, enfim, e no topo da socíedade que o primeiro capitalismo se desenvolve, afirma a sua força e se revela a nossos olhos. E é à altura dos Bardi, dos Jacques Coeur, dos Jakob Fugger, dos John Law ou dos Necker que se deve ir procurá-lo, que se tem uma chance de descobri-lo.

Se, de ordinário, não se distingue capitalismo e economia de mercado, e porque um e outra progrediram na mesma cadência, da Idade Média aos nossos dias, e por que se apresentou freqüentemente o capitalismo como o motor ou o apogeu do progresso econômico. Na realidade, tudo e transportado nas costas enormes da vida material: ela incha, tudo avança rapidamente; apropria economia de mercado incha às suas custas num abrir e fechar de olhos, amplia suas ligações. Ora, dessa extensão, dessa ampliação, o capitalismo e sempre o beneficiário. Não creio que Josef Schumpeter tenha razão em fazer do empresário o *deus ex machina*. Acredito obstinadamente que e o movimento de conjunto o fator determinante e que todo o capitalismo e comensurável, em primeiro lugar, com as economias que lhe são subjacentes.

## IV

Privilégio da minoria, o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade. É forçosamente uma realidade da ordem social, até mesmo uma realidade da ordem política; uma realidade da civilização. Pois e necessário que, de uma certa maneira, a sociedade inteira aceite mais ou menos conscientemente os valores daquele. Mas nem sempre e esse o caso.

Toda a sociedade densa se decompõe em vários "conjuntos": o econômico, o político, o cultural, o social hierárquico. O econômico só se compreenderá em ligação com os outros "conjuntos", dispersando-se neles mas abrindo também suas portas para os vizinhos. Há ação e interação. Essa forma particular e parcial do

econômico que e o capitalismo só se explicará plenamente à luz dessas vizinhanças e dessas intrusões; aí acabará por assumir o seu verdadeiro rosto.

Assim, o Estado moderno, que não fez o capitalismo mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele e o Estado. Em sua primeira grande fase, nas cidades-Estados da Itália, em Veneza, em Gênova, em Florença, e a elite do dinheiro quem detém o poder. Na Holanda, no século XVII, a aristocracia dos Regentes governa no interesse e inclusive de acordo com as diretrizes traçadas pelos homens de negócios, negociantes e administradores de fundos. Na Inglaterra, a revolução de 1688 marca analogamente um advento dos negócios à holandesa. A França está atrasada em mais de um século: e com a revolução de julho de 1830 que a.burguesia comercial se instala, enfim, confortavelmente no governo.

Assim, o Estado e favorável ou hostil ao mundo do dinheiro segundo o seu próprio equilíbrio e a sua própria força de resistência. O mesmo pode ser dito no tocante à cultura e à religião. Em princípio, a religião, força tradicional, diz *não* às novidades do mercado, do dinheiro, da especulação, da usura. Mas há acomodações com a Igreja. Esta não deixa de dizer *não* mas acaba por dizer *sim* às exigências imperiosas do século. Em poucas palavras, ela aceita um *aggiornamento*, ter-se-ia dito ontem um *modernismo*. Augustin Renaudet recorda que Santo Tomás de Aquino (1225-1274) tinha formulado o primeiro modernismo fadado a ter êxito. Mas se a religião e, portanto, a cultura, eliminou bastante cedo seus obstáculos, ela manteve, porém, uma forte oposição de principio, em especial no que se refere ao empréstimo a juros, condenado como usura. Pôde-se mesmo sustentar, um pouco apressadamente, e verdade, que esses escrúpulos só foram suscitados pela Reforma e que está aí a razão profunda da ascensão capitalista dos países do Norte da Europa. Para Max Weber, o capitalismo, no

sentido moderno da palavra, teria sido nem mais nem menos uma criação do protestantismo ou, melhor, do puritanismo.

Todos os historiadores se opõem a essa tese sutil, embora não consigam desembaraçar-se dela de uma vez por todas; ela não cessa de ressurgir diante dos olhos deles. E, no entanto, e uma tese manifestamente falsa. Os países do Norte nada mais fizeram do que tomar o lugar ocupado por muito tempo e brilhantemente, antes deles, pelos velhos centros capitalistas do Mediterrâneo. Os nórdicos nada inventaram, nem na técnica, nem na condução dos negócios. Amsterdam copiou Veneza, tal como Londres copiará Amsterdam, tal como Nova Iorque copiará Londres. O que está em jogo, de cada vez, e o deslocamento do centro de gravidade da economia mundial por razões *econômicas*, e que não envolvem a natureza própria ou secreta do capitalismo. Esse deslizamento definitivo, no final do século XVI, do Mediterrâneo para os mares do Norte, e o triunfo de um país novo sobre um velho país. E é também uma vasta mudança de escala. A favor da nova supremacia do Atlântico, há uma ampliação da economia em geral, das trocas, das reservas monetárias e, uma vez mais, é o progresso vivo da economia de mercado que, fiel ao *rendez-vous* de Amsterdam, carregará em suas costas as construções ampliadas do capitalismo. Finalmente, o erro de Max Weber parece-me derivar essencialmente, no começo, de uma exageração do papel do capitalismo como promotor do mundo moderno.

Mas o problema essencial não está aí. O verdadeiro destino do capitalismo jogou-se, com efeito, em face das hierarquias sociais.

Toda a sociedade evoluída admite várias hierarquias, digamos, várias escadas que permitem abandonar o andar térreo onde vegeta a massa popular de base – o *Grundvolk* de Werner Sombart: hierarquia religiosa, hierarquia política, hierarquia militar, diversas hierarquias do dinheiro. De uma para a outra, segundo os séculos e segundo os lugares, existem oposições, ou compromissos, ou alianças; por vezes, até há confusão. No seculo XIII, em Roma, a

hierarquia política e a hierarquia religiosa confundem-se, mas, em torno da cidade, a terra e os rebanhos criam uma classe de grandes senhores perigosos, enquanto que os banqueiros da Cúria – instalados em Siena – já estão em franca ascensão. Em Florença, no final do século XIV, a antiga nobreza feudal e a nova grande burguesia mercantil são apenas uma classe, formando a elite do dinheiro que também se apossa, logicamente, do poder político. Em outros contextos sociais, pelo contrário, uma hierarquia política pode esmagar as outras: é o caso da China dos Ming e dos manchus. É também o caso, mas de um modo menos nítido e contínuo, da França monárquica do *Ancien Régime*, a qual só concede por largo tempo aos comerciantes, ainda que ricos, um papel sem prestígio, e empurra para a primeira linha a hierarquia decisiva da nobreza. Na França de Luís XIII, o caminho do poderio consiste em aproximar-se do rei e da corte. O primeiro passo da verdadeira carreira de Richelieu, titular do bispado miserável de Luçon, foi tornar-se o esmoler da rainha-mãe, Maria de Medici, o que o fez assim chegar à corte e introduzir-se no estreito círculo dos governantes.

Quantas as sociedades, tantos os caminhos para a ambição dos indivíduos. Tantos os *tipos* de êxitos. No Ocidente, embora não sejam raros os êxitos de indivíduos isolados, a história repete sem fim a mesma lição, a saber, que o sucesso individual deve quase sempre inscrever-se no ativo de famílias vigilantes, atentas, empenhadas em aumentar pouco a pouco sua fortuna e sua. influência. A ambição delas não exclui a paciência, manifesta-se a longo prazo. Deve-se, então, cantar as glórias e os méritos das "longas" famílias, das linhagens? É colocar em destaque, para o Ocidente, o que chamamos, a traços largos, usando um termo que se impôs *tardiamente*, a história da *burguesia*, portadora do processo capitalista, criadora ou utilizadora da hierarquia sólida que será a espinha dorsal do capitalismo. Este, com efeito, para estabelecer sua fortuna e seu poderio, apóia-se sucessiva ou simultaneamente sobre o comércio, sobre a usura, sobre o comércio a distância, sobre o

"ofício" administrativo e sobre a terra, valor seguro e que além disso, e mais do que se pensa, confere um evidente prestígio em face da própria sociedade. Se estivermos atentos a essas longas cadeias familiares, à lenta acumulação de patrimônios e honrarias, a passagem do regime feudal ao regime capitalista, na Europa, torna-se quase compreensível. O regime feudal é, em benefício de famílias senhoriais, uma *forma* duradoura de partilha da riqueza fundiária, essa riqueza de base – ou seja, uma ordem estável em sua textura. A "burguesia", ao longo dos séculos, terá parasitado essa classe privilegiada, vivendo perto dela, contra ela, tirando proveito de seus erros, de seu luxo, de sua ociosidade, de sua imprevidência, para se apoderar de seus bens – com freqüência, graças à usura –, introduzir-se finalmente em suas fileiras e, depois, aí se perder. Mas outros burgueses estão a postos para reencetar o assalto, para recomeçar a mesma luta. Em suma, parasitismo de longa duração: a burguesia não acaba de destruir a classe dominante para alimentar-se dela. Mas sua escalada foi lenta, paciente, a ambição projetada sem fim nos filhos e netos. E assim sucessivamente.

Uma sociedade desse tipo, derivando de uma sociedade feudal, ela própria ainda meio feudal, e uma sociedade onde a propriedade, os privilégios sociais estão relativamente protegidos, onde as famílias podem desfrutar deles numa *relativa* tranqüilidade, sendo a propriedade, por assim dizer, sacrossanta, onde cada um permanece em seu lugar. Ora, são imprescindíveis essas águas calmas ou relativamente calmas para que a acumulação se faça, para que cresçam e se mantenham as linhagens, para que, com a ajuda da economia monetária, o capitalismo finalmente surja. Na ocorrência, ele destruiu certos baluartes da alta sociedade, mas para reconstruir outros em seu proveito, tão sólidos e tão duradouros.

Essas longas gestações de fortunas familiares, culminando um belo dia em êxitos espetaculares, nos são a tal ponto familiares, no passado ou no tempo presente, que fica difícil nos darmos conta de que se trata, de fato, de uma característica essencial das sociedades

do Ocidente. Na verdade, só nos apercebemos dela quando nos expatriamos, olhando o espetáculo diferente que oferecem as sociedades fora da Europa. Nessas sociedades, aquilo a que chamamos, ou podemos chamar, o *capitalismo* defronta-se, em geral, com obstáculos sociais pouco fáceis ou impossíveis de transpor. São esses obstáculos que nos colocam, por contraste, no caminho de uma explicação geral.

Deixaremos de lado a sociedade japonesa, onde o processo é, de um modo geral, o mesmo que na Europa: uma sociedade feudal aí se deteriora lentamente, uma sociedade capitalista acaba por desprender-se dela; o Japão é o país onde as dinastias mercantis tiveram a mais longa duração: algumas, nascidas no século XVII, ainda hoje prosperam. Mas as sociedades ocidental e japonesa são os únicos exemplos que a história comparada pôde reter de sociedades que passaram quase por si mesmas da ordem feudal à ordem monetária. Em outras sociedades, as posições respectivas do Estado, do privilégio da posição hierárquica e do privilégio do dinheiro são muito diferentes, e é dessas diferenças que procuraremos extrair um ensinamento.

Vejamos a China e o Islã. Na China, as estatísticas imperfeitas que se nos oferecem deixam a impressão de que a mobilidade social na vertical e aí maior do que na Europa. Não que o número de privilegiados aí seja relativamente maior, mas a sociedade chinesa e muito menos estável. A porta aberta, a hierarquia aberta, e a dos concursos dos mandarins. Embora esses concursos não sejam sempre realizados num contexto de honestidade absoluta, eles são, em princípio, acessíveis a todos os meios sociais, infinitamente mais acessíveis, em todo o caso, do que as grandes universidades do Ocidente no século XIX. Os exames que abrem o acesso às altas funções do mandarinato são, de fato, redistribuições das cartas do jogo social, um constante *New Deal*. Mas aqueles que assim chegam ao topo sempre aí estão a título precário, a título *vitalício*, se se quiser. E as fortunas que os mandarins, amealham, com freqüência,

no exercício de suas funções, pouco servem para fundar o que se chamaria, na Europa, uma grande família. Aliás, as famílias excessivamente ricas e poderosas são, por princípio, suspeitas aos olhos do Estado, que é de direito o único possuidor de terras, o único habilitado a criar impostos sobre os camponeses, e que fiscaliza de perto as empresas mineiras, industriais ou mercantis. O Estado chinês, apesar das cumplicidades locais de mercadores e de mandarins corruptos, foi permanentemente hostil ao florescimento de um capitalismo que, toda vez que cresce ao sabor das circunstâncias, e, em última instância, devolvido à ordem por um Estado de certo modo totalitário (estando a palavra despida de seu atual sentido pejorativo). Só existe verdadeiro capitalismo chinês fora da China – na Insulíndia, por exemplo, onde o mercador chinês age e reina com toda a liberdade.

Nos vastos países do Islã, sobretudo antes do século XVIII, a posse da terra é provisória pois que ela, também aí, pertence de direito ao príncipe. Os historia dores diriam, na linguagem da Europa do *Ancien Régime*, que existem *benefícios* (isto e, bens atribuídos a título vitalício), não os *feudos* familiares. Por outras palavras, os senhorios, quer dizer, as terras, as aldeias, as rendas fundiárias, são distribuídos pelo Estado, como já o fazia outrora o Estado carolíngio, e ficam disponíveis de novo toda vez que morre o beneficiário. Para o príncipe, essa e uma forma de pagar e de assegurar-se dos serviços dos soldados e dos cavaleiros. Morre o senhor, o seu senhorio e todos os seus bens revertem ao sultão, em Istambul, ou ao Grão-Mongol, em Delhi. Digamos que esses grandes príncipes, enquanto dura a autoridade deles, podem mudar de sociedade dominante, de classe elitista, como quem muda de camisa, e eles não se privam de fazê-lo. Portanto, a cúpula da sociedade renova-se com muita freqüência, as famílias não têm qualquer possibilidade de aí se incrustarem. Um estudo recente sobre o Cairo no século XVIII assinalamos que os grandes mercadores não logravam manter-se no lugar além de uma única geração. A

sociedade política devorava-os. Se, na Índia, a vida mercantil e mais sólida, e porque se desenvolve fora da sociedade instável da cúpula, no âmbito protetor das castas de mercadores e banqueiros.

Dito isto, o leitor verá melhor a tese que sustento, bastante simples, verossímil: existem condições sociais para o surto e o êxito do capitalismo. Este exige uma certa tranqüilidade da ordem social, assim como uma certa neutralidade, ou fraqueza, ou complacência, por parte do Estado. E, no próprio Ocidente, existem graus para essa complacência: e por razões predominantemente sociais e incrustadas em seu passado que a França foi sempre um país menos favorável ao capitalismo do que, digamos, a Inglaterra.

Creio que este ponto de vista não suscita objeções sérias. Em contrapartida, um novo problema se apresenta. O capitalismo tem necessidade de uma hierarquia. Mas o que e uma hierarquia em si, aos olhos de um historiador que vê desfilar diante dele centenas e centenas de sociedades que têm *todas* suas hierarquias? Que resultam todas, na cúpula, em um punhado de privilegiados e de responsáveis. Verdade de ontem, na Veneza do século XIII, na Europa do *Ancien Régime*, na França de Thiers ou na de 1936, onde os slogans populares denunciavam o poder das “duzentas famílias”. Mas também no Japão, na China, na Turquia, na Índia. É verdade ainda hoje: mesmo nos Estados Unidos, o capitalismo não inventa as hierarquias, utiliza-as, do mesmo modo que não inventou o mercado ou o consumo. Ele é, na longa perspectiva da história, o visitante da noite. Chega quando tudo já está em seus devidos lugares. Por outras palavras, o problema em si da hierarquia supera-o, transcende-o, comanda-o de antemão. E as sociedades não-capitalistas não suprimiram, ai de nós!, as hierarquias.

Tudo isso abre a porta para longas discussões que tentei, sem concluir, apresentar no meu livro. Pois e certamente o problema-chave, o problema dos problemas. Deve-se quebrar a hierarquia, a dependência de um homem em face de outro homem? Sim, disse Jean-Paul Sartre em 1968. Mas será verdadeiramente possível?

*CAPÍTULO III*

# O TEMPO DO MUNDO

NOS meus dois capítulos precedentes, as peças do quebra-cabeça foram apresentadas ou isoladamente ou reagrupadas numa ordem arbitrária pelas necessidades da explicação. Trata-se agora de reconstruir o quebra-cabeça. É esse o objetivo do terceiro e último volume do meu livro: *Le Temps du monde*. O título sugere, por si só, a minha ambição: vincular o capitalismo, sua evolução e seus meios, a uma história geral do mundo.

Uma *história*, quer dizer, uma sucessão cronológica de formas, de experiências. O *conjunto do mundo*, isto é, entre os séculos XV e XVIII, essa unidade que se desenha e faz sentir progressivamente o seu peso sobre a vida inteira dos homens, sobre todas as sociedades, economias e civilizações do mundo. Ora, esse mundo afirma-se sob o signo da desigualdade. A imagem atual – países prósperos, de um lado, países subdesenvolvidos, do outro – já e verdadeira, *mutatis mutandis*, entre os séculos XV e XVIII. É claro, de Jacques Coeur a Jean Bodin, Adam Smith e Keynes, os países prósperos e os países pobres não permaneceram imutavelmente os mesmos; a roda girou. Mas, em sua lei, o mundo praticamente não mudou: continua, *no plano estrutural*, repartido entre privilegiados e não-privilegiados. Existe uma espécie de sociedade mundial, tão hierarquizada quanto uma sociedade ordinária e que é como a sua imagem ampliada mas reconhecível. Microcosmo e macrocosmo têm, em última análise, a mesma textura. Por quê? É o que tentarei dizer mas não estou certo de o conseguir. O historiador vê mais comodamente os “como” do que os “porquê”, e melhor as conseqüências do que as origens dos grandes problemas. Razão de sobra, bem entendido, para que ele ainda mais se apaixone pela descoberta dessas origens que, tão regularmente, lhe escapam e o desafiam.

## I

Uma vez mais, há interesse em fixar o vocabulário. Com efeito, necessitaremos utilizar duas expressões: *economia mundial* e *economia-mundo*, a segunda mais importante ainda do que a primeira. Por *economia mundial* entende-se a economia do mundo considerada em seu todo, o "mercado. de todo o universo", como já dizia Sismondi. Por *economia-mundo*, palavra que forjei a partir do vocábulo alemão *Weltwirtschaft*, entendo a economia de somente uma porção do nosso planeta, na medida em que essa porção forma um todo econômico. Escrevi, já faz tempo, que o Mediterrâneo do século XVI era, por si só, uma *Weltwirtschaft*, uma economiamundo; podendo igualmente chamar-se-lhe, em alemão, *ein Welt für sich*, um mundo em si mesmo.

Uma economia-mundo pode-se definir como uma tríplice realidade:

– Ela ocupa um espaço geográfico dado; portanto, tem limites que a explicam e que variam, embora com uma certa lentidão. Ocorrem mesmo, forçosamente, de tempos em tempos, mas a longos intervalos, rupturas. Assim foi após as Grandes Descobertas do final do século XV. Assim foi em 1689, quando a Rússia, pela mão de Pedro o Grande, abriu-se para a economia européia. Imaginamos hoje uma franca, total e definitiva abertura das economias da China e da URSS: haveria então uma ruptura dos limites do espaço ocidental, como o que atualmente existe.

– Uma economia-mundo aceita sempre um pólo, um centro, representado por uma cidade dominante, outrora uma cidade-Estado, hoje uma capital, entenda-se, uma capital econômica (nos Estados Unidos, Nova Iorque, não Washington). Aliás, podem existir, inclusive de modo prolongado, dois centros simultâneos numa mesma economia-mundo: Roma e Alexandria ao tempo de Augusto, Antônio e Cleópatra; Veneza e Gênova ao tempo da guerra de

Chioggia (1378-1381); Londres e Amsterdam no século XVIII, antes da eliminação definitiva da Holanda. Pois um desses dois centros acaba sempre por ser eliminado. Em 1929; o centro do mundo, com um pouco de hesitação, passou assim, sem ambigüidade, de Londres para Nova Iorque.

– Toda a economia-mundo se reparte em zonas sucessivas. O núcleo e a região que se estende em torno do centro: as Províncias Unidas (mas não todas as Províncias Unidas) quando Amsterdam domina o mundo no século XVII; a Inglaterra (mas não toda a Inglaterra) quando Londres, a partir da década de 1780, suplanta definitivamente Amsterdam. Depois vêm as zonas intermediárias, em torno desse núcleo central. Finalmente, muito amplas, as margens que, na divisão de trabalho que caracteriza a economia-mundo, são mais subordinadas e dependentes do que participantes. Nessas zonas periféricas, a vida dos homens evoca freqüentemente o

Purgatório, ou mesmo o Inferno. E a razão suficiente disso é, realmente, a sua situação geográfica.

Estas observações muito rápidas, exigiriam, evidentemente, comentários e justificações. O leitor os encontrará no terceiro volume do meu livro, mas poderá for mar uma noção exata da questão no livro *The Modern World-System*, de Immanuel Wallerstein, publicado em 1974 nos Estados Unidos e traduzido na França com o título de *Le Systeme du monde du XV$^{e}$ siècle à nos jours* (ed. Flammarion). Pouco importa que eu não esteja sempre de acordo com o autor sobre tal ou tal ponto, até mesmo sobre uma ou duas linhas gerais. Os nossos pontos de vista, quanto ao essencial, são idênticos, ainda que, para Immanuel Wallerstein, não haja outra economia-mundo além da da Europa, fundada a partir do século XVI somente, enquanto que para mim, muito antes de ter sido conhecido pelo homem da Europa na sua totalidade, desde a Idade Média e mesmo desde a Antigüidade, o mundo ia estava dividido em zonas econômicas mais ou menos centralizadas, mais ou menos coerentes, ou seja, em *várias* economias-mundos que *coexistem*.

Essas economias coexistentes que só têm entre elas trocas extremamente limitadas situam-se no espaço povoado do planeta ;de uma parte `e de outra em regiões limítrofes bastante vastas que o comércio, em geral, tem poucas vantagens em atravessar, salvo raras exceções. Até Pedro o Grande, a Rússia e, em si, uma dessas economias-mundos, vivendo essencialmente de si mesma e para si mesma. O imenso império turco, até ao fim do século XVIII, e também uma dessas economias-mundos. Em contrapartida, o império de Carlos V ou de Filipe II, apesar de sua imensidade, não o é; desde o seu início, está incluído na vasta malha da economia antiga e vivaz constituída a partir da Europa. Pois desde antes de 1492, antes da viagem de Cristóvão Colombo, a Europa,_ mais o Mediterrâneo, com suas antenas voltadas na direção do Extremo Oriente, é também uma economia-mundo, centrada então nas glórias de Veneza. Ela se ampliará com as Grandes Descobertas, anexará o Atlântico, suas ilhas e suas margens, depois o interior, lento em conquistar, do continente americano; multiplicará também seus laços com as economias-mundos, ainda autônomas, que constituem então a Índia, a Insulíndia e a China. Ao mesmo tempo, na própria Europa, seu centro de gravidade deslocar-se-á do sul para o norte, para Antuérpia e depois Amsterdam, e não, sublinhe-se, para os centros do império hispânico ou português, Sevilha ou Lisboa.

Assim e possível colocar, no mapa e na história do mundo, um decalque transparente onde, para cada época dada, um traço a lápis delimita *grosso modo* as várias economias-mundos. Como essas economias mudam lentamente, temos todo o tempo necessário para estuda-Ias, vê-Ias viver e avaliar-lhes o peso. Lentas em deformar-se, elas assinalam uma história profunda do mundo. Essa história profunda somente a citaremos, porquanto o nosso problema consiste unicamente em mostrar de que modo as sucessivas economias-mundos, construídas na Europa a partir da expansão européia, explicam ou não os jogos do capitalismo e sua própria expansão. Não hesitaríamos em dizer desde ia que essas economias-mundos

típicas foram as matrizes do capitalismo europeu e, depois, mundial. É, em todo o caso, a explicação para a qual pretendo encaminhar-me, com bastante prudência e também de um modo bastante lento.

## II

Uma história profunda. Não a descobrimos, apenas a trazemos para a luz do dia. Lucien Febvre disse: "Nós lhe conferimos dignidade." E já é muito. O leitor se persuadirá se insisto sucessivamente nas mudanças de centro, as *descentragens* das economias-mundos, depois sobre a divisão de toda a economia-mundo em zonas concêntricas.

Toda a vez que ocorre uma descentragem, opera-se uma recentragem, como se uma economia-mundo não pudesse viver sem um centro de gravidade, sem um pólo. Mas essas descentragens e recentragens são raras, o que as reveste ainda de mais importância. No caso da Europa e das zonas que ela anexa, operou-se uma centragem na década de 1380, em benefício de Veneza. Por volta de 1500, houve um salto brusco e gigantesco de Veneza para Antuérpia, depois, em 1550-1560, um retorno ao Mediterrâneo, mas desta vez em favor de Gênova; enfim, por volta de 1590-1610, uma transferência para Amsterdam, onde o centro econômico da zona européia se estabilizará por quase dois séculos. Entre 1790 e 1815 deslocar-se-á para Londres. Em 1929, atravessa o Atlântico e situa-se em Nova Iorque.

No relógio do mundo europeu, a hora fatídica terá assim soado cinco vezes e, de cada vez, esses deslocamentos realizaram-se no transcorrer de lutas, de choques, de fortes crises econômicas. De ordinário, é mesmo o mau tempo econômico que acaba por abater o centro antigo, já ameaçado, e confirma o surgimento do novo. Tudo isso, evidentemente, sem regularidade matemática: uma crise insistente é uma provação que os fortes superam e vencem, os fracos

lhe sucumbem. Portanto, o centro não racha a cada golpe. Pelo contrário, as crises do século XVII resultaram, na maioria dos casos, em benefício de Amsterdam. Vivemos hoje, há alguns anos, uma crise mundial que se anuncia forte e duradoura. Se Nova Iorque sucumbir à provação – no que realmente não creio – o mundo deve encontrar ou inventar um novo centro; se os Estados Unidos resistem, como tudo nos deixa prever, poderão sair mais fortes da experiência, pois que as outras economias correm o risco de sofrer muito mais do que os Estados Unidos em decorrência da conjuntura hostil que atravessamos.

Em todo o caso, centragem, descentragem, recentragem, parecem usualmente ligadas a crises prolongadas da economia geral. Portanto, é através dessas crises que se deve, sem dúvida, abordar o difícil estudo desses mecanismos de conjunto por meio dos quais a história geral se reconstitui. Um exemplo, observado de perto, nos dispensará de um comentário excessivamente longo. Em conseqüência de transformações, de acidentes políticos, em virtude, até, da não-consolidação do centro do mundo em Antuérpia, o Mediterrâneo inteiro desforrou-se durante a segunda metade do século XVI. O metal branco que, chegando em grandes quantidades das minas da América, passava até então, por prioridade da Espanha na Flandres, pelo Atlântico, tomou, a partir de 1568, o caminho do mar interior e Gênova converteu-se no seu centro redistribuidor. O Mediterrâneo conheceu então uma espécie de Renascença econômica, desde o estreito de Gibraltar até aos mares do Levante. Mas esse "século dos genoveses", como se chamou a esse período, durou pouco. A situação deteriora-se e as feiras genovesas de Piacenza, que tinham sido, durante quase meio século, o grande centro de *clearing* dos negócios europeus, perdem seu importante papel ainda antes de 1621. O Mediterrâneo volta a ser, como era bastante lógico após

as Grandes Descobertas, um espaço secundário, o que continuará sendo por largo tempo.

Essa decadência do Mediterrâneo, um século após Cristóvão Colombo, portanto, ao termo de um longo e espantoso período de apogeu, e um dos problemas cruciais por mim levantados no grosso volume que publiquei, há muito tempo, sobre o espaço mediterrâneo. Que data atribuir a esse refluxo? 1610, 1620, 1650? Sobretudo, que processo apontar como responsável? Esta última pergunta, a mais importante, foi resolvida de modo brilhante e, em minha opinião, exato, num artigo de Richard T. Rapp (*The Journal of Economic History*, 1975). Direi de bom grado que e um dos mais belos artigos que me foi dado ler desde longa data. O que nos e provado e que o mundo mediterrâneo, a partir da década de 1570, foi acossado, flagelado, sacudido e pilhado pelos navios e os mercadores nórdicos, e que estes não construíram sua *primeira fortuna* graças à Companhia das Índias e às aventuras nos sete mares do mundo. Eles lançaram-se sobre as riquezas armazenadas ao longo do Mediterrâneo e apoderaram-se delas por todos os meios, os melhores e os piores. Inundaram o Mediterrâneo de produtos baratos, quase sempre de péssima qualidade, mas imitando deliberadamente os excelentes têxteis do sul, ornando-os até com os mundialmente famosos selos venezianos a fim de venderem suas fancarias sob essa *etiqueta* nos mercados habituais de Veneza. De uma assentada, a indústria mediterrânea perdia, ao mesmo tempo, sua clientela e sua reputação. Imagine-se o que aconteceria se, durante 20, 30 ou 40 anos, países novos tivessem a possibilidade de se impor nos mercados externos ou mesmo internos dos Estados Unidos, vendendo-lhes seus produtos com a etiqueta: *Made in USA*.

Em resumo, o triunfo dos nórdicos não teria resultado de uma melhor concepção dos negócios nem dó jogo natural da concorrência industrial (embora tivessem sido certamente favorecidos pelo pagamento de salários inferiores), nem ao fato de terem adotado a Reforma., A política deles consistiu simplesmente em conquistar o lugar dos antigos ganhadores,, sendo a violência um dos recursos usados. Será necessária dizer que essa regra persiste? A

partilha violenta do mundo, quando da I Guerra Mundial, denunciada por Lênin, e menos nova do que se acreditava. E não é ainda uma realidade do mundo atual? Aqueles que estão no centro, ou perto do centro, têm todos os direitos sobre os outros.

E isso acarreta a segunda questão anunciada: a divisão de toda a economia-mundo em zonas concêntricas, cada vez menos favorecidas à medida que se distanciam de seu pólo triunfante.

O esplendor, a riqueza, a alegria de viver, reúnem-se no centro da economia-mundo, em seu núcleo. É aí que o sol da história faz brilhar as cores mais vivas, e aí que se manifestam os preços altos, os salários altos, os bancos, as mercadorias "reais", as indústrias lucrativas, as agriculturas capitalistas; e aí que se situam o ponto de partida e o ponto de chegada dos extensos tráficos, o afluxo dos metais preciosos, das moedas fortes, dos títulos de crédito. Toda uma modernidade econômica em avanço aí se aloja: o viajante assinala-o quando vê Veneza no século XV, ou Amsterdam no século XVII, ou Londres no século XVIII, ou Nova Iorque hoje. As técnicas de ponta também aí estão, habitualmente, e a ciência fundamental acompanha-as, está com elas. As "liberdades" aí se alojam, não sendo inteiramente mitos nem inteiramente realidades. Pense-se no que se chamou a liberdade da vida em Veneza, ou as, liberdades na Holanda, ou as liberdades na Inglaterra!

Esse nível da existência baixa de um tom quando se atinge os países *intermediários*, esses vizinhos, esses concorrentes, esses êmulos do centro. Aí, poucos camponeses livres, poucos homens livres, trocas imperfeitas, organizações bancárias e financeiras incompletas, mantidas freqüentemente do exterior, indústrias relativamente tradicionais. Por muito bela que a França pareça ser no século XVIII, o seu nível de vida não se compara com o da Inglaterra. John Bull, "superalimentado", comedor de carne, calça

sapatos; e o francês Jacques Bonhomme, franzino, comedor de pão, macilento, envelhecido prematuramente, calça tamancos.

Mas como se está longe da França quando se aborda as regiões marginais! Por volta de 1650, para usar um ponto de referência, o centro do mundo e a minúscula Holanda ou, melhor, Amsterdam. As zonas intermediárias, as zonas segundas, são o resto da Europa muito ativa, ou seja, os países do Báltico, do mar do Norte, a Inglaterra, a Alemanha do Reno e do Elba, a França, Portugal, Espanha, a Itália ao norte de Roma. E as regiões marginais são, ao norte, a Escócia, a Irlanda, a Escandinávia, toda a Europa a leste de uma linha Hamburgo-Veneza, a Itália ao sul de Roma (Nápoles, a Sicília); enfim, além-Atlântico, a América europeizada, margem por excelência. Se excetuarmos o Canadá e as colônias inglesas da América em seus começos, o Novo Mundo está por inteiro sob o signo da *escravatura*. Do mesmo modo, a margem da Europa central, até à Polônia e além, e a zona da *segunda servidão*, ou seja, de uma servidão que, depois de ter quase desaparecido como tal no Ocidente, aí foi restabelecida no século XVI.

Em resumo, a economia-mundo européia, em 1650, e a justaposição, a coexistência de sociedades que vão desde a sociedade já capitalista, a holandesa, até às sociedades servis e escravistas, no fundo da escala. Essa simultaneidade, esse sincronismo., fixam todos os problemas ao mesmo tempo. De fato, o capitalismo vive dessa sobreposição regular: as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais. E o que é o centro senão a ponta dominante, a *superestrutura* capitalista do conjunto da construção? Como há *reciprocidade das perspectivas*, se o centro depende dos abastecimentos provenientes da periferia, esta depende, por sua vez, das necessidades do centro que lhe dita sua lei. No fim de contas, foi a Europa Ocidental quem transferiu e como que reinventou a escravatura à moda antiga no âmbito do Novo Mundo e, pelas exigências de sua economia, "induziu" a segunda servidão na Europa do leste. Daí o peso da afirmação de

Immanuel Wallerstein: o capitalismo é uma criação da desigualdade do mundo; para desenvolver-se, necessita das conivências da economia internacional. É filho da organização autoritária de um espaço evidentemente desmedido. Não teria progredido de um modo tão pujante num espaço econômico limitado. Talvez não tivesse progredido nada sem o recurso ao trabalho servil de outrem.

Essa tese é uma explicação diferente do habitual modelo *sucessivo*: escravatura, servidão, capitalismo. Postula uma simultaneidade, um sincronismo singular demais para não ser de grande alcance. Mas não explica-tudo, não pode explicar tudo. Que mais não seja, sobre um ponto que creio essencial para as origens do capitalismo moderno, quer dizer, o que se passa *além* das fronteiras da economia-mundo européia.

Com efeito, até ao final do século XVIII e ao aparecimento de uma verdadeira economia mundial, a Ásia conheceu, por seu lado, economias-mundos solidamente organizadas e exploradas: penso na China, no Japão, no bloco Índia-Insulíndia, no Islã. É de boa regra afirmar, e é exato, aliás, que se afirme, que as relações entre essas economias e as da Europa são superficiais, que envolvem apenas algumas mercadorias de luxo – pimentas, especiarias e seda, em particular – trocadas contra espécies monetárias, e que o todo pouco conta em face das massas econômicas em presença. Sem dúvida, mas essas trocas restritas e *soit-disant* superficiais *são aquelas que se reserva, de cada lado, o grande capital*, e. isso tampouco é, não pode ser, um acaso. Chego mesmo a pensar que toda a economia-mundo se manipula freqüentemente desde fora. A grande história da Europa o diz com insistência e ninguém pensa que ela esteja errada em colocar em destaque a chegada de Vasco da Gama a Calicut, em 1498, a escala do holandês Cornelius Houtman em Bantam, a grande cidade de Java, em 1595, a vitória de Robert Clive em Plassey, em 1757, que entrega Bengala à Inglaterra. O destino tem botas de sete léguas. Atinge muito longe.

III

Já falei de uma sucessão de economias-mundos na Europa, a propósito dos centros que as criaram e animaram, uma após outra. Assinale-se que, até por volta de 1750, esses centros dominadores foram sempre cidades, ou cidades-Estados. Porquanto se pode muito bem dizer que Amsterdam, que domina o mundo. da economia ainda em meados do século XVIII, foi a última das cidades-Estados, das *pólis* da história. Por trás dela, as Províncias Unidas exercem apenas uma sombra de governo. Amsterdam reina sozinha,, farol luminoso que se vê do mundo inteiro, desde o mar das Antilhas até às costas do Japão. Pelo contrário, em meados do Século das Luzes começa uma era diferente. Londres, a nova soberana, não é uma cidade-Estado, é a capital das ilhas britânicas que lhe fornecem a força irresistível de um *mercado nacional*.

Portanto, duas fases: as criações e dominações urbanas; as criações e dominações "nacionais". Tudo isso a ser visto muito rapidamente, não só porque o leitor está ao corrente desses fatos conhecidos, não só porque já falei deles, mas também porque, a meus olhos, somente importa o conjunto desses fatos conhecidos, pois e a respeito desse conjunto que o problema do capitalismo se põe e se esclarece de maneira bastante nova.

A Europa terá, sucessivamente, até 1750, gravitado em torno de cidades essenciais, transformadas por seu próprio papel em monstros sagrados: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdam. Entretanto, nenhuma cidade dessa ordem domina ainda a vida econômica no século XIII. Não que a Europa não seja já uma economia-mundo estruturada, organizada. O Mediterrâneo, conquistado por um tempo pelo Islã, foi reaberto ao cristão e o comércio do Levante oferece ao Ocidente essa antena longínqua e prestigiosa sem a qual não existe, sem dúvida, economia-mundo digna desse nome. Duas regiões-pilotos se individualizaram

nitidamente: a Itália ao sul, os Países Baixos ao norte. E o centro de gravidade do conjunto estabilizou-se entre essas duas zonas, a meio caminho, nas feiras de Champagne e de Brie, essas feiras que são cidades artificiais adicionadas a uma quase grande cidade – Troyes – e a três cidades secundárias: Provins, Bar-sur-Aube e Lagny.

Seria um exagero dizer que esse centro de gravidade situa-se no vazio, tanto mais que não se encontra muito distante de Paris, então uma grande praça comercial no pleno fulgor da monarquia de São Luís e do excepcional brilhantismo de sua Universidade. Giuseppe Toffanin, historiador do Humanismo, não se enganou em seu livro, com um título característico: *Il Secolo senza Roma*, entenda-se o século XIII, durante o qual Roma perdeu, em benefício de Paris, seu reinado cultural. Mas e perfeitamente óbvio que o brilho de Paris, nesse tempo, tem algo a ver com as feiras ruidosas e ativas de Champagne, lugar quase contínuo de encontros internacionais. Os panos e têxteis do norte, dos Países Baixos *lato sensu* – vasta nebulosa de oficinas familiares que trabalham a lã, o cânhamo, o linho, desde as margens do Marne até ao Zuyderzee – são trocados pela pimenta, as especiarias e o dinheiro dos mercadores e prestamistas italianos. Essas trocas restritas de produtos de luxo são suficientes, entretanto, para pôr em marcha um enorme aparelho, de comércio, de indústrias, de transportes e de crédito, e a fazer dessas feiras o centro econômico da Europa da época.

O declínio das feiras de Champagne é marcado, com o fim do século XIII, por razões diversas: a realização de uma ligação marítima direta entre o Mediterrâneo e Bruges desde 1297 – o mar leva a melhor sobre a terra; a valorização da via norte-sul das cidades alemãs, pelo Símplon e o Saint-Gothard; a industrialização, enfim, das cidades italianas: elas não se contentavam mais em tingir os panos crus do Norte, doravante fabricamnos e a *Arte della lana* ganha impulso em Florença. Mas, sobretudo, a grave crise econômica que não tarda em acompanhar a tragédia da Peste Negra,

no século XIV, vai desempenhar seu papel habitual: a Itália, a parceira mais poderosa das trocas de Champagne, sairá triunfante da provação. Ela tornou-se, ou voltou a ser, o centro indiscutível da vida européia. Vai encarregar-se de todas as trocas entre Norte e Sul e, além disso, as mercadorias que lhe chegam do Extremo Oriente pelo golfo Pérsico, o mar Vermelho e as caravanas do Levante, abrem-lhe *a priori* todos os mercados da Europa.

Na verdade, o primado italiano se dividirá por muito tempo entre quatro cidades poderosas: Veneza, Milão, Florença e Gênova. Somente após a derrota de Gênova, em 1381, e que começa o longo reinado, nem sempre tranqüilo, de Veneza. Durará, entretanto, mais de um século, por todo o tempo em que Veneza dominar as praças do Levante, e atuará como redistribuidora principal, para a Europa inteira que a visita pressurosa, dos produtos mais procurados que chegavam do Extremo Oriente. No século XVI, Antuérpia suplanta a cidade de São Marcos: é que ela tornou-se o entreposto da pimenta que Portugal importa em grandes quantidades via Atlântico e, por conseguinte, o porto do Escalda, onde os portugueses estabeleceram sua feitoria na Flandres, converteu-se num enorme centro, dominando o tráfego do Atlântico e da Europa do norte. Subseqüentemente, diversas razões políticas, cuja explicação seria demasiado longa e que estão ligadas à guerra dos espanhóis nos Países Baixos, darão o posto dominante a Gênova. A fortuna da cidade de São Jorge não se baseia, quanto a ela, no comércio do Levante mas no do Novo Mundo, no comércio de Sevilha e nos caudais de prata provenientes das minas americanas, de que ela se tornou o redistribuidor europeu. Enfim, Amsterdam põe todos de acordo: sua longa preponderância – mais de século e meio – exercida desde o Báltico ao Levante e às Molucas, depende essencialmente de seu incontestado controle das mercadorias do Norte, por um lado, e, por outro, das “especiarias finas”, canela, cravo, etc., de que os holandeses encamparam rapidamente *todas* as

fontes de suprimento no Extremo Oriente. Esse quase-monopólio permitiu a Amsterdam jogar um pouco por toda a parte a seu modo.

Mas deixemos essas cidades-impérios para chegar rapidamente ao grande problema dos mercados nacionais e das economias nacionais.

Uma economia nacional e um espaço político transformado pelo Estado; em virtude das necessidades e inovações da vida material, num espaço econômico *coerente*, unificado, cujas atividades podem encaminhar-se em conjunto numa mesma direção. Somente a Inglaterra terá realizado precocemente essa façanha. A seu respeito, fala-se de revoluções: agrícola, política, financeira, industrial. Cumpre acrescentar a essa lista, dando-lhe o nome que se queira, a revolução que criou o seu mercado nacional. Otto Hintze, criticando Sombart, foi um dos primeiros a sublinhar a importância dessa transformação, a qual decorre da abundância relativa, num território bastante exíguo, dos meios de transporte, somando-se a cabotagem marítima à rede compacta de rios e canais e às numerosas viaturas e animais de carga. Por intermédio de Londres, as províncias inglesas trocam seus produtos e os exportam, tanto mais que o espaço inglês foi desde cedo liberado de suas alfândegas e seus pedágios internos. Finalmente, a Inglaterra realizou sua união com a Escócia em 1707, com a Irlanda em 1801.

A façanha, pensará o leitor, já tinha sido realizada pelas Províncias Unidas, mas seu território era minúsculo, incapaz até de alimentar sua população. Esse mercado interno não entra nos cálculos dos capitalistas holandeses, inteiramente voltados para o mercado externo. Quanto à França, defrontou-se com obstáculos demais: seu atraso econômico, sua imensidade relativa, sua renda *pro capite* demasiado frágil, suas ligações internas difíceis e, para terminar, uma centragem imperfeita. Portanto, um país

excessivamente vasto em relação aos transportes da época, excessivamente diverso e desorganizado. Edward Fox, num livro que causou grande alarido, não teve dificuldade em mostrar que havia, pelo menos, duas Franças, uma marítima, viva, flexível, sacudida pelo impulso econômico do século XVIII, mas que está pouco vinculada ao *hinterland*, todas as suas atenções voltadas para o mundo exterior, e a outra continental, presa à terra, conservadora, habituada aos estreitos horizontes locais, inconsciente das vantagens econômicas de um capitalismo internacional. E foi esta segunda França que teve regularmente em suas mãos o poder econômico. Tanto mais que o centro governamental do país, Paris, no interior rural, nem mesmo e a capital econômica da França; esse papel foi desempenhado por muito tempo por Lyon, desde o estabelecimento de suas feiras em 1461. Esboçou-se no final do século XVI um movimento a favor de Paris, mas não teve seguimento. Só depois de 1709 e da "bancarrota" de Samuel Bernard e que Paris se torna o centro econômico do mercado francês e que este, após a reorganização da Bolsa de Paris, em 1724, começa a desempenhar o seu papel. Mas e tarde, e o motor,,embora ganhe embalo na época de Luís XVI, não chega a animar, a subjugar a totalidade do espaço francês.

A Inglaterra teve um destino diverso e muito mais simples. Só havia um centro, Londres, centro econômico e político desde o século XV e que, formando-se rapidamente, modela ao mesmo tempo o mercado inglês de acordo com as suas conveniências, ou seja, as conveniências dos grandes comerciantes locais.

Por outra parte, a sua insularidade ajudou a Inglaterra a separar-se de outrem, a desprender-se da ingerência do capitalismo estrangeiro. Assim aconteceu em face de Antuérpia, graças a Thomas Gresham, em 1558, com a criação da *Stock Exchange* [Bolsa de Valores]. Assim aconteceu com a Liga Hanseática, quando do encerramento do Stalhof, em 1597, e da revogação dos privilégios de seus antigos hóspedes. Assim aconteceu em face de

Amsterdam, desde o primeiro *Navigation Act* de 1651. Nessa época, Amsterdam domina-o essencial do comércio europeu. Mas a Inglaterra dispunha contra ela de um meio de pressão: os veleiros holandeses têm, com efeito, a necessidade constante, dado o regime de ventos dominantes, de fazer escala nos portos ingleses. É o que explica, sem dúvida, que a Holanda tenha aceitado da Inglaterra medidas protecionistas que não aceitou de mais ninguém. Em todo o caso, a Inglaterra soube proteger o seu mercado nacional e a sua indústria nascente melhor do que qualquer outro pais da Europa. A vitória inglesa sobre a França, lenta em afirmar-se, precoce em detonar. (em minha opinião, desde o tratado de Utrecht, em 1713), atinge o seu– auge em 1786 (o tratado de Eden) e torna-se triunfal em 1815 (vitória de Waterloo).

Com o advento de Londres, foi virada uma página da história econômica da Europa e do mundo, pois o estabelecimento da preponderância econômica da Ingla terra, preponderância que se estende também à liderança política, marca o fim de uma era multissecular, a das economias de conduta urbana e não menos a das economias-mundos que, apesar do impulso e das cobiças da Europa, teriam sido incapazes de englobar o resto do universo. O que a Inglaterra logrou às custas de Amsterdam não foi somente o recomeço das antigas proezas mas a sua superação.

Essa conquista do universo foi difícil, cortada de incidentes e de dramas, mas a preponderância inglesa manteve-se, superou os obstáculos. Pela primeira vez, a economia mundial européia, abalando as outras, vai pretender dominar a economia mundial e identificar-se com ela através de um universo onde todo e qualquer obstáculo se apagará diante do inglês, ele primeiro, mas também diante do europeu. Isso até 1914. André Siegfried, que, nascido em 1875, tinha 25 anos no inicio do nosso século, recordava com delicia, muito mais tarde, num mundo eriçado de fronteiras, que tinha feito então a volta ao mundo portando como único documento

de identidade ... o seu cartão de visita! Milagre da *pax britannica*, da qual, evidentemente, um certo numero de homens pagava o preço...

IV

A Revolução Industrial inglesa, de que nos falta falar, foi, para a preponderância da ilha, um banho de rejuvenescimento, um novo convênio com a potência. Mas não se assustem: não vou lançar-me irrefletidamente nesse enorme problema de história que, na verdade, chega até nós, assedia-nos. A indústria está sempre à nossa volta, sempre revolucionária e ameaçadora. Tranqüilizem-se: pretendo apenas expor os primórdios desse enorme movimento e cuidarei bem de não me lançar nas brilhantes controvérsias em que mergulham os historiadores anglo-saxônicos, eles, em primeiro lugar, e os outros. Aliás, o meu problema e restrito: quero assinalar em que medida a industrialização inglesa se harmoniza com os esquemas e modelos que desenhei e em que medida ela se integra à história geral do capitalismo, já tão rico em golpes teatrais.

Precisemos que a palavra revolução e aqui, como sempre, empregada numa acepção contrária. Uma revolução, segundo a etimologia, e o movimento de uma roda, de um astro que gira, um movimento *rápido*: desde o instante em que começa, sabe-se que está fadado a terminar bastante depressa. Ora, a Revolução Industrial foi, por excelência, um movimento lento e, em seus começos, pouco discernível. O próprio Adam Smith viveu no meio dos primeiros sinais dessa Revolução sem se aperceber disso.

Que a Revolução tenha sido muito lenta, portanto, difícil, complexa, não o explica o tempo presente? Sob os nossos olhos, uma parte do Terceiro Mundo industrializa-se, mas com uma dificuldade inaudita, com inúmeros fracassos e uma morosidade que parece *a priori* anormal. Uma vez, e o setor agrícola que não acompanhou a modernização; ou há escassez de mão-de-obra

qualificada; ou a demanda do mercado interno revelou-se insuficiente; outra vez, os capitalistas locais preferiram aos investimentos no país colocar o dinheiro no exterior, em negócios mais seguros e mais lucrativos; ou o Estado revelou ser esbanjador ou prevaricador; ou a técnica importada e inadaptada, ou custa muito caro e pesa sobre o preço de custo; ou as importações necessárias não são compensadas pelas exportações: o mercado internacional, por este ou aquele motivo, revelou-se hostil, e sua hostilidade teve a última palavra.. Ora, todas essas transformações produzem-se quando a Revolução ia não tem que ser inventada, quando os modelos estão à disposição de todo o mundo. Portanto, *a priori*, tudo deveria ser fácil. E nada funciona facilmente.

De fato, a situação de todos esses países não lembra muito mais o que se passou *antes* da experiência inglesa, ou seja, o fracasso de tantas revoluções antigas, virtualmente possíveis no plano técnico? O Egito ptolemaico conhecia a força do vapor de água mas só servia como divertimento. O mundo romano dispunha - de um vasto acervo técnico e tecnológico que, por mais de uma vez, terá atravessado, sem que o notassem, os séculos da alta Idade Média, para reviver nos séculos XII e XIII. Nesses séculos de renascença, a Europa aumenta de um modo fantástico suas fontes de energia, multiplicando os moinhos de água, que Roma tinha conhecido, e os moinhos de vento: é já uma revolução industrial. Parece que a China descobriu no século XIV a fundição a coque, mas essa revolução virtual não teve continuidade alguma. No século XVI, todo um sistema de elevação, bombeamento e esgotamento de água é instalado nas minas profundas, mas essas primeiras fábricas modernas, usinas *avant la lettre*, depois de terem seduzido o capital, serão rapidamente vítimas das leis dos rendimentos decrescentes. No século XVII, o uso do carvão mineral ampliou-se na Inglaterra, e John U. Nef teve razão em falar, a esse respeito, de uma primeira revolução inglesa, mas uma revolução incapaz de se propagar e de acarretar grandes transformações. Quanto à França, os sinais de um

progresso industrial são nítidos no século XVIII, as invenções técnicas sucedem-se e a ciência fundamental e, pelo menos, tão brilhante quanto além-Mancha. Mas, enfim, é na Inglaterra que são dados os passos decisivos. Aí tudo se processou como que naturalmente e é esse o problema apaixonante que apresenta a primeira Revolução Industrial do mundo, a maior cesura da história moderna. Mas por quê a Inglaterra?

Os historiadores ingleses estudaram tanto esses problemas que o historiador estrangeiro perde-se facilmente no meio de controvérsias que ele compreende, uma de cada vez, mas cuja soma em nada simplifica a explicação. A única coisa segura é que as explicações fáceis e tradicionais foram descartadas. A tendência é, cada vez mais, para considerar a Revolução Industrial como um fenômeno de conjunto, e um fenômeno lento que implica, por conseguinte, origens longínquas e profundas.

Se nos reportarmos aos crescimentos difíceis e caóticos de que falei há um instante, nas zonas mal desenvolvidas do mundo de hoje, não e surpreendente que o *boom* da revolução pela máquina inglesa, da primeira produção em massa, tenha podido desenvolver-se no final do século XVIII e prosseguido durante o século XIX como um fantástico crescimento nacional, *sem que em nenhuma parte o motor enguice*, sem que em nenhuma parte se produzam estrangulamentos? Os campos ingleses esvaziaram-se de homens, sem que deixassem de manter sua capacidade de produção; os novos industriais encontraram a mão-de-obra, qualificada e não-qualificada, de que necessitavam; o mercado interno continuou se desenvolvendo, apesar da alta dos preços; a técnica acompanhou, propondo regularmente seus serviços sempre que se fazia necessário; os mercados externos abriram-se em cadeia, um após outro. E mesmo os lucros decrescentes, a queda muito forte, por exemplo, dos lucros da indústria do algodão depois do primeiro *boom*, não provocaram uma crise: os enormes capitais acumulados foram transferidos para outro lugar e as estradas de ferro sucederam ao algodão.

Em suma, todos os setores da economia inglesa responderam às exigências dessa investida vigorosa da produção, sem bloqueios, sem avarias. Logo, não é *toda* a economia nacional que deve ser responsabilizada? Aliás, na Inglaterra, a revolução do algodão surgiu da vida comum. Na maioria dos casos, as descobertas são feitas por artesãos. Os industriais são, com freqüência, de origem humilde. Os capitais investidos, fáceis de obter através de empréstimos, foram no início de escasso volume. Não foi a riqueza adquirida, não foi Londres e seu capitalismo mercantil e financeiro, quem provocou a espantosa mutação. Londres só obterá o controle da indústria depois da década de 1830. Assim se vê admiravelmente, e com base num vasto exemplo, que é a força, a vida da economia de mercado e mesmo da economia de base, da pequena indústria inovadora e, não menos, do funcionamento global da produção e das trocas, que têm a responsabilidade pelo desenvolvimento do que em breve será chamado de capitalismo *industrial*. Este só pôde crescer, adquirir forma e força, na medida do avanço da economia subjacente.

Entretanto, a Revolução Industrial inglesa certamente não teria sido o que foi sem as circunstâncias que fizeram então da Inglaterra, praticamente, a senhora in contestada do mundo. A Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, como se sabe, para isso contribuíram largamente. E se o *boom* do algodão se consolidou de forma duradoura foi porque o motor se viu incessantemente realimentado pela abertura de novos mercados: a América portuguesa, a América espanhola, o império turco, as Índias... O mundo foi o cúmplice eficaz, sem querer, da Revolução Inglesa.

De modo que a discussão tão acerba entre os que somente aceitam uma explicação *interna* do capitalismo e da Revolução Industrial por uma transformação das estruturas sócio-econômicas, e aqueles que só querem ver uma explicação *externa* (na verdade, a exploração imperialista do mundo), essa discussão parece-me sem objetivo. Não explora o mundo quem quer. É necessária uma potência prévia lentamente amadurecida. Mas é certo que essa

potência, se se forma mediante um trabalho lento sobre si mesma, reforça-se péla exploração de outros e, no decorrer desse duplo processo, a distância que a separa deles aumenta. As duas explicações (interna e externa) estão, pois, inextricavelmente misturadas.

Eis-me chegado ao momento de concluir. Não estou certo de que tenha convencido o leitor. Mas duvido ainda mais de que consiga convence-lo agora, confiando lhe, para terminar as minhas explicações, o que penso do mundo e do capitalismo hodiernos, à luz do mundo e do capitalismo de ontem, tal como os vejo e como tentei descreve-los. Mas não e mister que a explicação histórica vá até ao tempo presente? Que ela se justifique por esse encontro?

Sem dúvida, o capitalismo de hoje mudou de tamanho e de proporções, de um modo fantástico. Adequou-se às mudanças de base e dos meios, estes fantasticamente ampliados também. Mas, *mutatis mutandis*, duvido de que a natureza do capitalismo tenha mudado radicalmente.

Três provas vêm em meu apoio:

– O capitalismo permanece fundamentado numa exploração dos recursos e das possibilidades internacionais, por outras palavras, existe em dimensões mundiais ou, pelo menos, tende para o mundo inteiro. Sua grande tarefa atual: reconstituir esse universalismo.

– Apóia-se sempre, obstinadamente, em monopólios de direito ou de fato, apesar das violências desencadeadas a esse respeito contra ele, A *organização*, como se diz hoje, continua a fazer funcionar o *mercado*. Mas e errôneo considerar que seja esse um fato verdadeiramente novo.

– Mais ainda: apesar do que habitualmente se diz, o capitalismo não abrange toda a economia, toda a sociedade que trabalha; jamais encerra uma e outra num sistema, o dele, e que seria

perfeito: a tripartição de que falei antes – vida material, economia de mercado, economia capitalista (esta com enormes adjunções) – conserva um surpreendente valor atual de discriminação e de explicação. Para nos convencermos disso basta conhecer por dentro algumas atividades presentes, características, situadas nesses diferentes patamares. No andar térreo, mesmo na Europa, onde existe ainda tanto autoconsumo, serviços que a contabilidade nacional não integra, tantas barracas e pequenas lojas artesanais. No patamar médio, seja exemplo um confeccionador de vestuário: ele está submetido, em sua produção e no escoamento de sua produção, à estrita e mesmo feroz lei da concorrência; um momento de desatenção ou de fraqueza de sua parte, e é a *débâcle*. Mas eu poderia citar, no último andar, entre outras, duas enormes firmas que conheço, supostamente concorrentes – e as únicas concorrentes no mercado europeu, uma francesa, a outra alemã. Ora, é-lhes perfeitamente indiferente que as encomendas sejam confiadas a uma ou a outra, porquanto há uma fusão de seus interesses, seja qual for a via adotada para esse efeito.

Confirmo-me assim na minha opinião, à qual aderi pessoal e lentamente, a saber: o capitalismo deriva, por excelência, das atividades econômicas desenvolvidas na cúpula ou que tendem para a cúpula. Por conseguinte, esse, capitalismo de alto vôo flutua sobre a dupla espessura subjacente da vida material e da economia coerente do mercado, representa a zona de alto lucro. Fiz assim dele um *superlativo*. O leitor poderá criticar-me por isso, mas não sou o único dessa opinião. Em seu opúsculo de 1917, *O Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, Lênin afirma por duas vezes: “O capitalismo é a produção mercantil em seu mais alto grau de desenvolvimento; dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, dezenas de milhões de pequenas empresas nada são.” Mas essa verdade evidente de 1917 é uma verdade velha, muito velha.

O defeito dos estudos de jornalistas, economistas, sociólogos, e com freqüência o de não levarem em conta as dimensões e as

perspectivas históricas. Muitos historiadores não fazem, aliás, a mesma coisa, como se o período que eles estudam existisse em si, fosse um começo e um fim? Lenin, que é um espírito perspicaz, assim escreve no mesmo opúsculo de 1917: “O que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, e a exportação de capitais.” Estas afirmações são mais do que discutíveis: o capitalismo sempre foi monopolista, e mercadorias e capitais nunca deixaram de viajar simultaneamente, tendo os capitais e o crédito sido sempre o meio mais seguro de alcançar e forçar um mercado exterior. Muito antes do século XX, a exportação de capitais foi uma realidade cotidiana, para Florença desde o século XIII, para Augsburgo, Antuérpia e Genova no século XVI. No século XVIII, os capitais correm a Europa e o mundo. Todos os meios, procedimentos e estratagemas do dinheiro não nasceram em 1900 ou em 1914, precisaria dizê-lo? O capitalismo conhece-os todos e, ontem como hoje, a sua característica e a sua força são de poder passar de um estratagema para outro, de uma forma de ação para outra, de mudar dez vezes suas baterias segundo as circunstâncias da conjuntura e, assim fazendo, permanecer bastante fiel, bastante semelhante a si mesmo.

O que lamento, por minha parte, Pão como historiador, mas como homem do meu tempo, é que, tanto no mundo capitalista quanto no mundo socialista, seja recusada uma distinção entre capitalismo e economia de mercado. Àqueles que, no Ocidente, atacam os malefícios do capitalismo, os homens políticos e os economistas respondem ser esse um mal menor, o avesso obrigatório da livre empresa e da economia de mercado. Não creio nisso. Àqueles que, segundo um movimento sensível até na URSS, se inquietam com a falta de agilidade da economia socialista e gostariam de lhe propiciar mais “espontaneidade” (eu traduziria: “mais liberdade”), a resposta e ser esse um mal menor, o avesso obrigatório da destruição do flagelo capitalista. Tampouco creio

nisso. Mas a sociedade que, para mim, seria ideal, e possível? Em todo o caso, não penso que ela tenha muitos partidários através do mundo!

É com esta afirmação geral que poria fim, de bom grado, às minhas explicações, se não tivesse uma última confidência de historiador a fazer.

A história está sempre recomeçando, está sempre se fazendo e se superando. Seu destino e o mesmo de todas as ciências do homem. Não acredito, pois, que os livros de história que escrevemos sejam válidos por decênios e decênios. Não existe um livro escrito de uma vez por todas, e todos nós o sabemos.

A minha interpretação do capitalismo e da economia baseia-se numa vasta e assídua freqüentação de arquivos e em numerosas leituras mas, em última instância, em números não suficientemente numerosos, não suficientemente ligados uns aos outros – mais no qualitativo do que no quantitativo. As monografias que dão curvas de produção, taxas de lucro, taxas de poupança, que apresentam balanços sérios de empresas, que mais não sejam uma estimativa aproximada da usura do *capital fixo*, são raríssimas. Procurei em vão, junto de colegas e amigos, informações mais precisas nesses diversos domínios. Mas com magros resultados.

Ora, e nessa direção, em meu entender, que pode existir uma saída para fora das explicações em que me encerrei, à falta de melhor. Dividir para melhor compreender, dividir entre três planos ou três etapas, é mutilar, forçar a realidade econômica e social bem mais complexa. Na verdade, e o conjunto que cumpre apreender para, ao mesmo tempo, entender as razões da mudança das taxas de crescimento que ocorreu simultaneamente com o maquinismo. Uma história totalizante, globalizante, seria possível se, no domínio da economia do passado, lográssemos incorporar os métodos modernos de uma certa *contabilidade nacional*, de uma certa macroeconomia. Acompanhar o movimento da renda nacional, da renda nacional *pro*

*capite*, reconsiderar uma obra pioneira de história, a de Renê Baehrel sobre a Provença dos séculos XVII e XVIII, tentar estabelecer correlações entre “orçamento e renda nacional”, tentar medir o intervalo, diferente segundo as épocas, entre produto bruto e produto líquido, segundo os conselhos de Simon Kuznets, cujas hipóteses a esse respeito me parecem capitais para uma compreensão do crescimento moderno – tais são as tarefas que eu proporia de bom grado a jovens historiadores. Nos meus livros, abri de tempos em tempos uma janela sobre essas paisagens que só se vislumbram imprecisamente, mas uma janela não pode ser suficiente. Seria indispensável uma investigação, se não coletiva, pelo menos coordenada.

O que não quer dizer, bem entendido, que essa história de amanhã venha a ser a história econômica *ne varietur*. A contabilidade econômica, tanto quanto possível, é um estudo do fluxo, das variações da renda nacional, não a medida da massa dos patrimônios, das fortunas nacionais. Ora, essa massa, também acessível, deve ser estudada. Haverá sempre, para os historiadores e para todas as outras ciências do homem, e para todas as ciências objetivas, uma América a descobrir.